



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA DO
COMPORTAMENTO

Percepção de Mães Beneficiárias Ribeirinhas sobre o Programa Bolsa Família: Um Olhar
da Psicologia Econômica

Thamyris Maués dos Santos

Belém – PA

2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA DO
COMPORTAMENTO

Percepção de Mães Beneficiárias Ribeirinhas sobre o Programa Bolsa Família: Um Olhar
da Psicologia Econômica

Thamyris Maués dos Santos

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Teoria e Pesquisa do Comportamento.

Orientadora: Profa. Dra. Simone Souza da Costa Silva (UFPA)
Co-Orientadora: Profa. Dra. Silvia Helena Koller (UFRGS)

Trabalho parcialmente financiado pelo CNPQ, através de bolsa de mestrado, e pelo PROCAD-NF/ CAPES.

Belém – PA

2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA DO
COMPORTAMENTO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

PERCEPÇÃO DE MÃES BENEFICIÁRIAS RIBEIRINHAS SOBRE O PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA: UM OLHAR DA PSICOLOGIA ECONÔMICA

CANDIDATA: THAMYRIS MAUÉS DOS SANTOS
DATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO: 05/03/2013.
RESULTADO:

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Simone Souza da Costa Silva (Orientadora)

Profa. Dra. Sílvia Helena Koller (Co-Orientadora)

Profa. Dra. Normanda Araujo de Moraes (Membro)

Profa. Dra. Lília Ieda Chaves Cavalcante (Membro)

Prof. Dr. Janari Pedroso (Suplente)

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Santos, Thamyris Maués dos, 1987-
Percepção de mães beneficiárias ribeirinhas
sobre o programa bolsa família: um olhar da
psicologia econômica / Thamyris Maués dos
Santos. - 2013.

Orientadora: Simone Souza da Costa Silva;
Coorientadora: Silvia Helena Koller.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal
do Pará, Núcleo de Teoria e Pesquisa do
Comportamento, Programa de Pós-Graduação em
Teoria e Pesquisa do Comportamento, Belém, 2013.

1. Programa bolsa família. 2. Vida ribeirinha
- Amazônia. 3. Vida ribeirinha - condições
econômicas. I. Título.

CDD 23. ed. 324.6209811

Dedico esta dissertação à Maternidade e às Mães que apareceram na minha vida e me permitiram sonhar:

Rosário Santos, por financiar meus estudos e me fazer dar valor ao conhecimento;

Regina Passos (*in memoriam*), por me fazer acreditar, repetindo sempre, que eu iria conseguir alcançar o que eu quisesse;

E Antonia Maués, por me dedicar tanto/ tudo de si, fazendo os maiores sacrifícios, e confiando que eu conseguiria fazer as melhores escolhas.

AGRADECIMENTOS

E finalmente, chego à parte mais importante desta dissertação: os meus agradecimentos a todos que me possibilitaram chegar até aqui. Sinto que esta dissertação não é só minha, pois de modo algum a fiz sozinha. Fiz em conjunto com minha família, com a instituição de que faço parte e com os meus amigos.

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, pois sem eles não seria nada. Pai (José Luiz), obrigada por me ensinar valores, como integridade, respeito e honestidade. Mãe (Antonia Maués), obrigada por todas as vezes que você abriu mão de suas próprias tarefas para me ajudar a realizar as minhas, por cuidar do meu filho para que eu pudesse estudar e por me dizer desde pequena que se eu quisesse ter alguma coisa na vida, deveria estudar. Obrigada por me darem suporte nas situações mais difíceis, como a viagem para Porto Alegre, na qual os meus sonhos e aspirações nos separaram por quatro meses. Obrigada aos meus irmãos (Alexandre, Tassiana e Thaynara), por serem meus parceiros no dia-a-dia. Tenham certeza que estaremos juntos sempre, pro que der e vier. Nas nossas brigas e nos nossos momentos de diversão. Obrigada por terem deixado a mamãe viajar comigo para que eu pudesse estudar. Sem o apoio de vocês não teria nada do que tenho e não seria nada do que sou.

Obrigada aos meus avós (Manoel Luiz [*in memorian*], Helena, Raimundo [*in memorian*] e Alexandrina [*in memorian*]) e aos meus tios, especialmente às minhas tias Naza, Margarida, Júlia e Ruth e ao tio Elísio, por toda a preocupação comigo e com as minhas atividades. Obrigada especialmente à tia Rosário, que me serviu como espelho durante a infância para que pudesse ter independência pessoal e profissional, e investiu nos meus estudos, como fez com meus irmãos e primos. Obrigada aos meus primos Elisângela, Ileana e, principalmente, Allan, meu irmão, que sempre me ajuda nos *abstracts* e traduções da vida. Obrigada, Bebel, por cuidado do Orfeu nas minhas ausências.

Certamente, esses dois anos de mestrado seriam diferentes se eu não contasse com o apoio de instituições para a realização deste trabalho. Então, obrigada ao CNPq pela concessão da bolsa de mestrado, ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, pela concessão de bolsa para locomoção ao local de pesquisa para coleta de dados, e à CAPES pela concessão de bolsa para o mestrado sanduíche na UFRGS, através do PROCAD-NF.

Como não poderia deixar de ser, se finalizo esta dissertação é por conta do apoio e da insistência de Fernando Pontes e de Simone Silva, minha orientadora. Obrigada, professor Fernando, por acreditar no meu potencial desde as primeiras aulas. Por me fazer questionar as certezas com as suas divagações e por tentar empreender o espírito científico nas suas atitudes. Obrigada, Simone, por tudo. Por segurar minha mão, por me entender, por me orientar, por me acalmar (e por se desesperar também, hehe). Obrigada por ser minha orientadora e acreditar que eu seria capaz de fazer bons trabalhos quando nem eu mesma acreditava.

Durante este percurso, tive a oportunidade de conhecer e conviver com professoras que se tornaram referência para minha postura acadêmica e espero que seus valores sejam transmitidos nas minhas ações também.

Obrigada, Silvia Koller, por aceitar ser minha co-orientadora, por dispor uma parte do seu tempo para me orientar, por tecer as primeiras ideias sobre como este trabalho deveria ser feito, por ter me aceito em seu grupo na UFRGS. Obrigada por ser uma referência como pesquisadora ética e competente, mostrando como é possível fazer pesquisa de qualidade em um país com tantas dificuldades financeiras. Sou eternamente grata ao seu apoio.

Obrigada, Normanda Moraes, por ter aceito fazer parte da minha banca e por ser tão competente e tão radiante nas suas atitudes. Obrigada por ser essa pessoa rara e cujo brilho se espalha pelos locais onde está.

Obrigada, Lília Cavalcante, uma das principais aquisições pessoais e acadêmicas que tive neste mestrado. Obrigada por estar presente desde o início, durante as aulas de revisão sistemática, posteriormente na banca de qualificação e por ter me aceito como estagiária na sua disciplina. Com você aprendi muito mais que conteúdos, aprendi a forma mais correta de chegar até os alunos e tentar fazer com que o trabalho de professor renda frutos e seja bem-executado. Muito obrigada por tudo e mais ainda por aceitar fazer parte desta banca.

Ainda no ambiente acadêmico, tive a sorte de encontrar pessoas muito competentes em dois grupos onde o afeto é um dos principais alicerces: o CEP-Rua e o LED.

Agradeço aos membros do CEP-Rua (UFRGS): Suzana, Juliana, Bruno, Diogo, Bruna, Maria Clara, Luiza, Fernando, Anderson, Circe, Ana Paula, Clarisse, Carlos, Jenny, Jean e Airi por toda a receptividade à minha presença, pelas trocas realizadas e pelos bons momentos que estão em minhas recordações. Desejo muito sucesso a todos vocês.

No ambiente acadêmico, tenho muito orgulho de pertencer ao LED (UFPA), por poder conviver com pessoas tão competentes e tão bem intencionadas, que buscam fazer ciência com qualidade apesar de todos os entraves. Agradeço à Tati Afonso e à Dani Reis, por me servirem como guia nos momentos em que eu não sabia qual o próximo passo a dar nessa trajetória. Agradeço aos membros da pesquisa com ribeirinhos: Viviam, Eline, Pedro, Beth, Suzanne e Júlia, por compartilharem momentos de idas e vindas ao rio comigo. Agradeço às meninas que entraram no mestrado comigo e com quem compartilhei bons momentos nos últimos anos: Marcilene, Márcia, Thamires Vasconcellos e Fabíola, além da Milene e da Ana Patrícia, que compartilharam a experiência de intercâmbio em Porto Alegre.

Dentro do LED, pude fazer amizades mais que especiais. Agradeço à Tati Germano e à Pauly, por todos os momentos em que convivemos juntas em POA, nas dificuldades e nas alegrias. Vocês são irmãs pra mim e sabem que podem contar comigo para o que precisar. Obrigada Kátia Carvalho, por todo apoio, por ser minha amiga, por ouvir minhas

lamúrias e minhas alegrias, por ler com tanto apreço a minha dissertação e fazer críticas que contribuiriam para o enriquecimento do trabalho. Sempre torci por ti, porque sei da tua competência como pesquisadora. A cada dia torço mais.

E por falar em amizade, o meu caminho não seria tão bonito e prazeroso se não tivesse a presença dos meus amigos.

Obrigada aos amigos da graduação: Roberta, Débora e Leandro. Por mais que não nos falemos mais com tanta frequência, sabemos que somos suporte uns aos outros, sempre que precisarmos. Obrigada, Renan, por ser meu parceiro nas atividades mais inusitadas e por poder contar contigo. Obrigada, André, que com o espírito crítico e questionador, me incentivou a começar a fazer pesquisa ainda na graduação. Obrigada, Vaninha e Carla, por tantos momentos de risadas, alegrias e por me oferecerem sempre suporte.

Obrigada aos meus amigos da “rua”/ Projeto Nós/ Bloco: Preto (Gleydson), Chavinho (Alan), Guga (Moisés), Pri, Sandro, Wandão, Jean, Sara, Kamilly, Elis, Riba, Juju, Juci, Bel. Obrigada Faustão, por ter me mandado sair da internet tantas vezes para fazer a dissertação, nos momentos em que estava mais difícil escrever o que fosse. Obrigada Israel, por toda a atenção, carinho e respeito e por fazer eu me sentir melhor sempre. Obrigada, Baby (Maximo Rogério), por ter permitido que eu levasse o Orfeu para POA, mesmo contra a vontade. Por ter me ajudado a bancar esse sonho e por tantos outros sonhos que ainda estão sendo construídos, como o Projeto. Obrigada por ser meu parceiro, por ser meu amigo, e por me dar a sensação de que a gente sempre vai poder contar um com o outro. Sem vocês, meus amigos, essa caminhada não teria sido frutífera, pois não teria sido tão satisfatória. Apesar de todas as dificuldades que passamos juntos nos últimos anos, desejo que a nossa amizade sempre prevaleça.

Tenho ainda que agradecer a alguém que sempre se alegrou com as minhas vitórias, mas que não está mais ao meu lado. Obrigada, Régia [*in memoriam*], por todo o carinho que me deste nos nossos anos de convivência. Por todas as vezes que se alegraste com as minhas conquistas acadêmicas, como quando escrevi o meu primeiro capítulo de livro e tu leste aos prantos, dizendo que eu iria conseguir o que eu quisesse na minha vida. Obrigada pelo apoio, pela sensibilidade e pela generosidade. Obrigada por todo amor dedicado ao meu filho. Éramos muito diferentes, mas conviver contigo foi um aprendizado que eu levarei por toda a vida, acadêmica e social.

Por fim, agradeço ao motivo maior de tudo o que conquistei. Meu filho Orfeu, meu orgulho, que na verdade, é a causa e o objetivo do que faço. Obrigada por ser tão bonito, tão sensível e tão inteligente. É a sua existência que completa a minha e espero que todos os esforços que tenho feito se revertam em benefícios para você. Te amo.

*Aprende - lê nos olhos,
lê nos olhos - aprende
a ler jornais, aprende:
a verdade pensa
com tua cabeça.*

*Faça perguntas sem medo
não te convenças sozinho
mas veja com teus olhos.
Se não descobriu por si
na verdade não descobriu.*

*Confere tudo ponto
por ponto - afinal
você faz parte de tudo,
também vai no barco,
Vai pagar o pato, vai
pegar no leme um dia.*

*Aponte o dedo, pergunta
que é isso? Como foi
parar aí? Por quê?
Você faz parte de tudo.*

*Aprende, não perde nada
das discussões, do silêncio.
Esteja sempre aprendendo
por nós e por você.*

*Você não será ouvinte
diante da discussão,
não será cogumelo
de sombras e bastidores,
não será cenário
para nossa ação!*

Bertolt Brecht – Precisamos de você

SUMÁRIO

RESUMO	14
ABSTRACT	15
APRESENTAÇÃO	16
INTRODUÇÃO	18
O Programa Bolsa Família	18
Validade Ecológica e o Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano	24
Psicologia Econômica	26
Ribeirinhos da Amazônia	29
Objetivos	32
Objetivo Geral	32
Objetivos Específicos	32
MÉTODO	33
Delineamento	33
Contextualização	34
Participantes	37
Instrumentos	38
Inventário Biossociodemográfico	38
Entrevista Semiestruturada	38
Coleta e Análise dos dados	39
RESULTADOS	42
Caracterização das Famílias	42
Aspectos estruturais	43
Família 1	43
Família 2	44
Família 3	45
Família 4	45
Aspectos socioeconômicos	46
Família 1	46

Família 2	48
Família 3	50
Família 4	51
Aspectos econômicos familiares	53
Divisão do trabalho	54
Entre membros da família	54
Com pessoas que não são da família	55
Poupança	56
Poupança familiar	56
Poupança comunitária	58
Poupança institucional	58
Cartão de crédito	59
Utilização de cartões de crédito próprios	59
Utilização de cartões de crédito de terceiros	60
Utilização de cartões de crédito por terceiros	60
Dívidas (contas) em estabelecimentos comerciais	61
Energia elétrica	62
Participação no benefício do INCRA	63
Considerações preliminares sobre as características das famílias	65
Percepção das beneficiárias	70
Percepção geral sobre o PBF	70
Empoderamento das beneficiárias	75
Condicionalidades	76
Educação	76
Gastos escolares	77
Perspectivas para o futuro	77
Percepção da educação formal	80
Saúde	81
Renda do marido antes e após o PBF	82

Frequência dos gastos antes e após o PBF	83
Suprimento de necessidades antes e após o PBF	85
Considerações preliminares sobre a percepção das mães	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	97
APÊNDICES	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Tipos, valores e características dos benefícios oferecidos pelo Programa Bolsa Família.....	19
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização geográfica da Ilha do Combú com relação à área urbana de Belém.....	34
Figura 2. Esquema gráfico da Ilha do Combú – Belém (PA)	36
Figura 3. Esquema gráfico da organização dos resultados	41
Figura 4. Genograma da Família 1	43
Figura 5. Genograma da Família 2	44
Figura 6. Genograma da Família 3	45
Figura 7. Genograma da Família 4	45
Figura 8. Orçamento da Família 1	46
Figura 9. Organograma de rendas e despesas da Família 1	47
Figura 10. Orçamento total da Família 2	48
Figura 11. Organograma de rendas e despesas da Família 2	49
Figura 12. Orçamento total da Família 3	50
Figura 13. Organograma de rendas e despesas da Família 3	51
Figura 14. Orçamento total da Família 4	52
Figura 15. Organograma de rendas e despesas da Família 4	53

RESUMO

O objetivo desta dissertação é investigar as características econômicas de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) moradoras de uma comunidade ribeirinha amazônica e a percepção das mães destas famílias sobre o programa. Para tanto foi realizado um estudo de casos múltiplos de quatro famílias ribeirinhas moradoras de uma ilha pertencente ao município de Belém, capital do estado do Pará. Foram levantados dados demográficos e socioeconômicos das famílias, além de depoimentos retrospectivos e atuais sobre os valores relacionados ao benefício do PBF e expectativas de futuro destas famílias, assim como seus hábitos de consumo e relação com o recurso recebido. Os principais resultados apontam a importância da renda do PBF no orçamento familiar total. De modo geral, o dinheiro obtido através da extração do açaí é destinado ao suprimento das despesas com alimentação e compra de móveis e eletrodomésticos e o dinheiro do benefício é destinado para bens que sejam usufruídos principalmente pelas crianças e suas mães, como roupas, gastos escolares, artigos de uso pessoal. Porém, dada a situação de extrema vulnerabilidade alimentar, o benefício também foi gasto com a compra de alimentos para todo o grupo e compra de móveis e eletrodomésticos. São apresentadas as características estruturais e socioeconômicas das famílias, dentre estas destacam-se: a divisão do trabalho, a poupança, a utilização de cartões de crédito, a existência de dívidas em estabelecimentos comerciais, a importância da energia elétrica e a participação no benefício do INCRA. No que diz respeito à percepção das mães beneficiárias sobre o PBF, foram organizados seis temas: a percepção geral sobre o PBF, o empoderamento das beneficiárias, as condicionalidades de educação e de saúde e as mudanças na percepção da renda do marido, na frequência dos gastos e no suprimento de necessidades. De modo geral, as participantes percebem o benefício como um agregado positivo em sua renda familiar e cumprem as condicionalidades necessárias para que participem do programa. Porém, para que haja o verdadeiro rompimento com o ciclo da pobreza, é necessária a disponibilização de serviços públicos de qualidade, que formem cidadãos saudáveis e autônomos.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família; Ribeirinhos da Amazônia; Percepção dos beneficiários.

ABSTRACT

The objective of the present dissertation is to investigate the economic characteristics of families benefiting from the program Bolsa Família (PBF) residents of an amazon riverside community and the perception of the mothers from these families about the program. For this reason it was made multiple case studies of four riverside families inhabitants of an island belonging to the city of Belém, capital of the state of Pará. Demographic and socioeconomic data were collected, besides retrospective and actual testimonials about the values related to the benefit of PBF and the future expectations of these families, as well as their consumption habits and their relation with the received resource. The main results point the importance of the PBF income in the family total budget. In general, the money obtained through the extraction of açaí is destined to supplement the expenses with alimentation and acquisition of furniture and home appliances and the money from the benefit is destined to goods that are enjoyed mainly by the children and their mothers like clothes, school expenses, and personal items. However, given the extreme diet vulnerability situation, the benefit was also spent with the purchase of food for the entire group and the acquisition of furniture and home appliances. The structural and socioeconomic characteristics are presented, among which are highlighted: the division of work, the savings, the use of credit cards, the existence of debts in commercial establishments, the importance of electric energy and the participation in the benefit of INCRA. In what concerns the perception of the mothers beneficiaries about the PBF, six themes were organized: the general perception about the PBF, the empowerment of the beneficiaries, the conditionalities of education and health and the changes in the perception of the husband's income, the frequency of expenses and in the supply of necessities. Altogether, the participants perceive the benefit as a positive aggregate in their family budget and fulfill the necessary conditionalities for their participation in the program. But, for a real break in the cycle of poverty, it is necessary the availability of quality public services, which create healthy and autonomous citizens.

Keywords: Programa Bolsa Família; Amazon riverside people; Perception of the beneficiaries.

Apresentação

O objetivo desta dissertação é investigar as características econômicas de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) moradoras de uma comunidade ribeirinha amazônica e a percepção das mães destas famílias sobre o programa. Para tanto foi realizado um estudo de casos múltiplos de quatro famílias ribeirinhas moradoras de uma ilha pertencente ao município de Belém, capital do estado do Pará. Foram levantados dados demográficos e socioeconômicos das famílias, além de depoimentos retrospectivos e atuais sobre os valores relacionados ao benefício do PBF e expectativas de futuro destas famílias, assim como seus hábitos de consumo e relação com o recurso recebido.

Atualmente, a maioria dos estudos sobre o PBF está concentrada nas áreas de Economia e Ciências Sociais. Porém, a perspectiva privilegiada nesta dissertação é a da Psicologia, mais especificamente da Psicologia Econômica. Portanto, além de conhecer especificidades e contingências contextuais do PBF, focou-se o eu ecológico, ou seja, a pessoa, a partir da tentativa de compreensão de elementos presentes na percepção de mães beneficiárias deste ambiente peculiar da Amazônia.

Este estudo integrou o projeto “Ecologia do Desenvolvimento de Famílias Ribeirinhas e Urbanas e o Programa Bolsa Família”, que teve por objetivo investigar os impactos gerados pelo PBF na estrutura e nas relações familiares ribeirinhas e urbanas e nas escolas, bem como a organização e a implantação desta política pública. Tal projeto foi executado pelos integrantes do Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento, da Universidade Federal do Pará (LED/UFGPA), sob coordenação da Profa. Dra. Simone Silva.

A dissertação está organizada da seguinte maneira: inicialmente, uma *Introdução* com os aspectos teóricos que justificaram o objetivo do trabalho, estando dividida em seções. A primeira apresenta características do Programa Bolsa Família, considerando a literatura científica existente sobre o tema, bem como estudos acerca da percepção de

vários indivíduos sobre o programa; a segunda seção trata da importância da percepção dos sujeitos nas pesquisas que buscam a validade ecológica de acordo com a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, proposta por Urie Bronfenbrenner; a terceira seção apresenta aspectos da Psicologia Econômica que auxiliaram na análise da percepção das beneficiárias ribeirinhas; e por fim, a quarta seção apresenta algumas peculiaridades do contexto ribeirinho, importantes para a análise dos dados coletados.

Após a *Introdução* será apresentado o *Método* utilizado para a coleta e análise das informações fornecidas pelas participantes. Foram expostos o delineamento utilizado, a contextualização do local de coleta de dados, as características das participantes, os instrumentos utilizados e a forma como foi realizada a coleta e a análise dos dados.

Em seguida, serão apresentados os *Resultados* obtidos, sendo que esta seção está dividida em duas subseções: a primeira traz características estruturais e socioeconômicas das famílias e a segunda traz aspectos da percepção das beneficiárias sobre o PBF. Após cada subseção serão feitas considerações teóricas preliminares acerca dos resultados produzidos. Nestas considerações, será realizada a discussão dos resultados obtidos com informações provenientes da literatura consultada.

Após os *Resultados*, serão realizadas as *Considerações Finais*, que contem uma discussão geral sobre os resultados encontrados, bem como as limitações do estudo, implicações e possibilidades para pesquisas futuras.

O Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) é uma política social que está na categoria dos programas que buscam a redução da pobreza e a minimização da desigualdade social (Haddad, 2008). Para alcançar estes objetivos, o governo federal executa este programa através da transferência direta de renda com condicionalidades, beneficiando famílias pobres (com renda familiar *per capita* entre R\$70,00 e R\$140,00) e extremamente pobres (com renda familiar *per capita* menor que R\$70,00) de todo o país. Os benefícios monetários são concedidos mensalmente às famílias e variam de acordo com a renda *per capita* e com a quantidade de crianças, adolescentes de até 17 anos, gestantes, nutrizes e componentes do grupo familiar (MDS, 2012).

Para o Ministério do Desenvolvimento Social, responsável pela aplicação do PBF, há cinco tipos de benefícios, expostos na Tabela 1:

Tabela 1

Tipos, valores e características dos benefícios oferecidos pelo Programa Bolsa Família.

Tipo de benefício	Valor	Características
Benefício Básico	R\$70,00	Concedido somente a famílias extremamente pobres.
Benefício Variável	R\$32,00	Concedido pela existência de crianças de zero a 15 anos, gestantes e/ou nutrizes na família. Limitado a cinco benefícios por família.
Benefício Variável Vinculado ao Adolescente	R\$38,00	Concedido pela existência de jovens de 16 e 17 anos na família. Limitado a dois benefícios por família.
Benefício Variável de Caráter Extraordinário	Calculado caso a caso	Concedido às famílias dos Programas Auxílio-Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação, cuja migração para o Bolsa Família causasse perdas financeiras.
Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância	Valor necessário para que a família supere os R\$ 70,00 mensais por pessoa.	Concedido às famílias com crianças de zero a seis anos, que mesmo recebendo os benefícios financeiros do PBF continuam em situação de pobreza extrema.

Para que possam ser inseridas como beneficiárias, é necessário que as famílias inscrevam-se no CadÚnico do Governo Federal e, após a seleção, cumpram condicionalidades nos campos da educação, da saúde e da assistência social. No tocante à educação, cada criança de seis a 15 anos deve apresentar o mínimo de 85% de frequência escolar e cada jovem de 16 e 17 anos deve apresentar ao menos 75% de frequência escolar. Na área de saúde, por sua vez, as crianças menores de sete anos devem ser vacinadas e acompanhadas em Postos de Saúde e as mulheres gestantes ou lactantes da família devem fazer o acompanhamento pré-natal. Já na área

da assistência social, crianças e adolescentes de até 15 anos, que estejam em risco ou tenham sido retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, das atividades do PETI e obter frequência mínima mensal de 85% nestas atividades (MDS, 2012).

Soares, Ribas e Osório (2010) compararam o impacto do programa nas áreas da desigualdade, pobreza, consumo, educação, saúde e participação na força de trabalho com programas semelhantes de outros países da América Latina. De acordo com as análises documentais destes autores, as características mais distintivas do PBF são o uso da auto declaração de renda baixa, ao invés de medidas aproximadas para avaliar a elegibilidade das famílias; a existência de uma renda mínima para famílias extremamente pobres, independente de existirem crianças ou mulheres grávidas no grupo; e a natureza descentralizada da aplicação e do monitoramento das condicionalidades, tendo os municípios um papel muito importante neste processo.

A estratégia de seleção de beneficiários e monitoramento das condicionalidades tem sido criticada sob os argumentos que os potenciais beneficiários podem omitir fontes de renda e que o processo descentralizado pode levar a distorções, como protecionismos e exclusões (Soares et al., 2010). Em contrapartida, o PBF possui como aspecto positivo a capacidade de selecionar os municípios mais desfavorecidos do Brasil, considerando a quantidade de matrículas em escolas públicas efetivadas no período de 2003 a 2006 (Haddad, 2008), a despeito dos problemas em relação à qualidade das informações no cadastro (Monteiro, Ferreira, & Teixeira, 2009).

Com relação aos impactos socioeconômicos do PBF, o programa não parece ter afetado significativamente o nível agregado de consumo familiar. Porém, Soares et al. (2010) demonstraram que os gastos específicos com alimentos, educação e roupas infantis aumentaram. Tal resultado é concernente com os dados apontados em um estudo com famílias holandesas beneficiárias de programas públicos de transferência de renda, no qual foi demonstrado que as

famílias utilizavam a nova fonte de renda com gastos que beneficiassem diretamente as crianças (Kooreman, 2000). O direcionamento especial destes gastos pode estar relacionado à provável percepção dos pais de que o benefício é propriedade eminente das crianças.

Os estudos acerca do PBF também analisaram o mercado de trabalho. Foi observado que adultos beneficiários do programa apresentavam 2,6% mais participação no mercado de trabalho que os não-beneficiários, sendo que a inserção das mulheres foi 4,3% maior que dos homens (Soares et al., 2010). Porém, não existem dados conclusivos relacionando tal aumento da participação adulta no mercado de trabalho com a diminuição da participação da mão-de-obra infantil na renda familiar, uma vez que esta participação envolve fatores que vão além do fato da família receber ou não o benefício (Ferro & Kassouf, 2005; Ferro & Nicollela, 2007).

No que diz respeito às condicionalidades do PBF, a área da saúde apresenta lacunas consideráveis a serem resolvidas pelo poder público. Especificamente no município de Belém, cerca de 18% das famílias que possuíam perfil compatível com a condicionalidade da saúde não estavam sendo acompanhadas. Além do mais, o impacto nas imunizações infantis e nas consultas médicas foi invisível e não houve nenhuma interferência do programa na diminuição da desnutrição e da fome em crianças, sendo este resultado mais acentuado entre crianças de 12 a 36 meses (Soares et al., 2010).

A área da educação apresenta resultados relacionados ao PBF um pouco mais animadores, especialmente com relação ao impacto nas matrículas escolares (Haddad, 2008). A probabilidade de uma criança beneficiária faltar à escola foi 3,6% menor que das crianças não-beneficiárias e os índices de evasão foram 1,6% menores entre as beneficiárias. Entretanto, as crianças beneficiadas têm 4% mais chance de repetirem o ano letivo, o que pode ser explicado pelo fato de possuírem um histórico de escolaridade mais desfavorecido (Soares et al., 2010).

A redução da desigualdade é outro aspecto que tem sido avaliado. Há perspectivas distintas que se confrontam quanto ao fato de o PBF ter conseguido ou não reduzir os índices de

desigualdade social no Brasil. Soares et al. (2010) afirmaram que o índice *Gini*, que mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*, caiu 4,7% no Brasil, de 1995 a 2004. Os Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCR) foram responsáveis por 21% deste total, sendo a segunda fonte de renda mais importante para diminuir a desigualdade.

Os PTCRs têm um impacto significativo na pobreza, especialmente na extrema pobreza, já que para os 5% mais pobres, as transferências representam 10% ou mais de sua renda total. Além disso, o PBF foi responsável pela redução de 12% da pobreza e de 19% da pobreza severa no país. Desta forma, apesar de as análises de Soares et al. (2010) medirem prioritariamente as mudanças na renda média da população brasileira, os autores consideram que o PBF tem tido um impacto notável na redução da desigualdade social, embora esta não seja uma de suas metas.

Contudo, Haddad (2008) considerou que o crescimento econômico por si só não seria suficiente para resolver os problemas sociais, podendo inclusive aumentar a desigualdade social. Esta perspectiva é concernente à visão do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), na qual se concebe que a melhor forma de elevar os padrões de vida e erradicar a pobreza mundial seria unir desenvolvimento econômico com políticas sociais direcionadas especificamente à diminuição da pobreza. Assim, a implantação dos PTCRs possui aspectos positivos, mas é possível que não afete enfaticamente a desigualdade, uma vez que as pessoas pobres continuam sem acesso aos serviços públicos básicos (PNUD, 2010).

O Estado parece, então, estar exercendo apenas parcialmente seu papel ao incentivar a participação escolar e a busca por serviços públicos sem estimular a oferta de serviços de qualidade (Monteiro et al., 2009). De acordo com Kerstenetzky (2009), a eficiência das condicionalidades do PBF depende da oferta de serviços públicos de qualidade, sendo que no país, a situação é crítica. Dos 57 países avaliados em 2006 pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil ocupou a 49ª posição em leitura, a 52ª em

ciências e a última posição no exame de matemática realizado em 2003. No que diz respeito aos serviços de saúde, o gasto *per capita* equivale à metade dos gastos da média da OCDE em 2004.

Deste modo, a má qualidade dos serviços não prenuncia de fato uma mudança na condição de vulnerabilidade econômica na qual as famílias pobres encontram-se no Brasil. Existe uma dissonância entre as principais metas do PBF: embora esteja ocorrendo o alívio imediato da pobreza monetária, a acumulação de capital humano, conquistada através do cumprimento das condicionalidades, apresenta falhas pois os serviços públicos ofertados são de qualidade duvidosa (Pires, 2008).

Além das análises quantitativas utilizadas eminentemente pela literatura econômica para medir o impacto de um programa com a magnitude do PBF, outra forma importante de avaliá-lo é através da investigação das perspectivas individuais. A importância de avaliar a forma como um programa social é visto por beneficiários e não beneficiários justifica-se pela possibilidade de inferir estimativas de eficiência e de eficácia de tal programa, e conseqüentemente reavaliar suas formas de implantação e atuação (Castro, Walter, Santana, & Stephanou, 2009).

O estudo de Uchimura, Bosi, Lima e Dobrykopf (2012) ilustra esta perspectiva ao buscar identificar a percepção de beneficiários do PBF acerca da qualidade de sua alimentação. Após a entrevista a 38 membros de famílias participantes, os autores depreenderam que os beneficiários reconheciam sua própria condição de insegurança alimentar e de vulnerabilidade sócia, além de demonstrarem sentimentos de resignação com esta experiência.

Pires (2012) buscou compreender a forma como mulheres moradoras de Campinas (SP) percebiam o benefício recebido. De maneira geral, foram destacados dois elementos fundamentais das falas das participantes: Em primeiro lugar, o benefício foi visto como uma “ajuda”, o que, para o autor, está associado ao fato de serem moradoras de Campinas, uma cidade “na qual as oportunidades para se obter rendimentos provenientes do trabalho (...) são aparentemente maiores do que em outras localidades” (p.137); e o fato do benefício ser visto

como um dinheiro fundamentalmente feminino e carregado de moralidade, sendo que com base na forma como o dinheiro é percebido, as beneficiárias utilizam-no de forma “correta” ou “errada”.

Castro et al. (2009) buscaram entender como o programa é visto por pessoas da sociedade em geral, beneficiárias ou não do PBF. As principais conclusões dos autores demonstram que a população em geral conhece o programa, pois menos de 1% não soube responder as perguntas e os participantes entendiam que os principais objetivos (de combate à pobreza, de manutenção da criança na escola e de redução do trabalho infantil) estavam sendo atingidos. Além disso, quase três a cada quatro respondentes (72%) consideraram que o Bolsa Família traz coisas boas para o país, sendo que este percentual foi ainda maior dentre aqueles que conhecem algum beneficiário (77%).

A percepção de indivíduos acerca dos benefícios é um dos elementos fundamentais quando se trata da análise e avaliação de políticas públicas, por possibilitar compreender fatores específicos ligados à eficiência de tais políticas. Além do mais, no caso do PBF, a forma como o benefício é percebido direciona a forma como o dinheiro será gasto, pois impõe restrições e possibilidades de acordo com o significado atribuído a esta fonte de renda.

Validade Ecológica e o Modelo Bioecológico de Desenvolvimento Humano

A fim de compreender o impacto de um programa social, é importante conhecer a visão subjetiva dos beneficiários de tal programa. Tomando como base a fenomenologia, o Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner (1979/1994, 2005/2011) propõe que as características cientificamente relevantes de qualquer contexto de desenvolvimento humano incluem a maneira como as condições objetivas são experienciadas subjetivamente pelas pessoas (eu ecológico) que vivem nesse contexto. Segundo Bronfenbrenner (1979/1994) “os aspectos do meio ambiente mais importantes na formação do curso do crescimento psicológico

são, de forma esmagadora, aqueles que têm significado para a pessoa numa dada situação” (p.19).

Bronfenbrenner (1979/ 1996) afirmou que a pressuposição da importância da visão da pessoa na análise de seus comportamentos e desenvolvimento não é uma ideia nova, tendo sido exposta por vários teóricos como Husserl, Köhler, Mead e Dewey. Porém, a visão do autor fundamenta-se essencialmente na estrutura e princípios lógicos de Kurt Lewin, especialmente do construto de “espaço de vida” ou “campo psicológico”. De acordo com Bronfenbrenner (1979/1996), as premissas básicas da teoria de Kurt Lewin, que foram seguidas no Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano são: “a primazia do meio ambiente fenomenológico em relação ao meio ambiente real na orientação do comportamento; a impossibilidade de compreender este comportamento unicamente a partir das propriedades objetivas de um meio ambiente sem referência ao seu significado para as pessoas do ambiente; e especialmente, a importância do irreal, do imaginado” (p.20).

Buscando enfatizar a importância de considerar a perspectiva pessoal dos sujeitos envolvidos nos processos estudados, Bronfenbrenner (1979/ 1996) propôs o conceito de validade ecológica. Para o autor, um estudo só pode ser considerado válido ecologicamente à medida que consegue suprir as seguintes condições: “(...) o significado psicológico e social da experiência do sujeito no ambiente é investigado e fica conhecido pelo pesquisador, e o significado subjetivo da situação de pesquisa corresponde à experiência ambiental para a qual o investigador deseja generalizar.” (p.98).

Deste modo, atribuir a devida importância à investigação dos processos psicológicos envolvidos com o benefício monetário proveniente do PBF torna-se mais uma medida de avaliação da efetividade de programas sociais. A partir do estudo das perspectivas pessoais e da forma como o benefício é distribuído no contexto geral de gastos familiares é possível compreender como as pessoas percebem o benefício do qual usufruem. Além disso, a percepção

dos beneficiários é um importante indicador da forma como os mesmos gastam o dinheiro e de como o alocam dentre as despesas realizadas pela família, tema estudado particularmente pela Psicologia Econômica.

Psicologia Econômica

A Psicologia Econômica é uma área de interface entre a Psicologia e a Economia focada especificamente na negociação dos recursos escassos de que os seres humanos dispõem, como dinheiro, tempo e esforços (van Raaij, 1999). De acordo com Ferreira (2008), a Psicologia Econômica pode ser definida como:

uma busca para compreender a experiência humana e o comportamento humano em contextos econômicos, fornecendo modelos econômicos descritivos, e não normativos, como faz a Economia, a respeito de seu objeto de estudo, que são as decisões sobre o uso de recursos escassos, com o propósito de satisfazer diversas necessidades humanas (p. 43).

Os recursos escassos são recursos finitos, cujo uso denota a necessidade de o agente econômico fazer escolhas, o que leva o indivíduo a tomar decisões econômicas. De acordo com a teoria econômica tradicional, este processo de tomada de decisões é compreendido através de um pequeno número de axiomas lógicos sobre o comportamento econômico humano, que privilegiam os princípios de racionalidade e de maximização da utilidade (Ferreira, 2008).

De acordo com Mendes (2007), os axiomas propostos pela teoria econômica tradicional acerca das escolhas dos agentes econômicos são os seguintes:

1. As pessoas precisam fazer escolhas, tendo em vista que os recursos são escassos, de modo que nem todas as necessidades serão suficientemente atendidas;
2. O custo real de uma mercadoria é o que o indivíduo precisa renunciar para conseguí-la;

3. As pessoas são racionais e tomam decisões pensando na margem obtida entre o custo e o valor do bem. Deste modo, um tomador de decisões racional deve tomar suas decisões de modo que os benefícios marginais superem os custos marginais.
4. As pessoas reagem a estímulos, de modo que qualquer evento que ocorra pode mudar o comportamento do tomador de decisões.

Insatisfeitos com tais análises e observando que o comportamento econômico individual e grupal divergia consideravelmente do que seria esperado caso as leis da teoria econômica tradicional fossem cumpridas, alguns economistas e pensadores sociais começaram a questionar a legitimidade de tal teoria e buscar dados que refutassem as leis econômicas tradicionais. Um dos teóricos insatisfeitos é Daniel Kahneman, ganhador do prêmio Nobel de Economia por conta de suas contribuições à área de tomada de decisões econômicas. O autor propôs que as visões de ser humano da Economia e da Psicologia são divergentes, pois para a disciplina psicológica, o homem não é completamente racional e suas escolhas muitas vezes não refletem benefícios imediatos (Kahneman, 2012).

Em primeiro lugar, os seres humanos são limitados pelo conteúdo e pela forma da informação disponível em determinado momento, não podendo ser tão lógicos e consistentes quanto propõem os economistas. Além do mais, algumas vezes são generosos e dispostos a contribuir com o benefício do grupo de que fazem parte, o que não condiz com o princípio de que buscam sempre o benefício próprio (Kahneman, 2012).

Sendo assim, os processos de tomada de decisão são atos complexos que envolvem elementos da percepção e da avaliação pessoal sobre qual a melhor escolha a ser tomada em determinada situação. Ao contrário dos pressupostos de racionalidade da teoria econômica tradicional, Kahneman (2012) propôs a Teoria da Perspectiva, cujos pressupostos básicos são os seguintes:

1. A avaliação é relativa a um ponto de referência neutro, que varia entre os indivíduos. Deste modo, um resultado será mais ou menos positivo de acordo com o ponto de partida da pessoa, ou suas perspectivas de ganho. Resultados que estejam acima do ponto de referência são positivos e resultados que estão abaixo do ponto de referência são negativos.
2. Existe um princípio de sensibilidade decrescente, de modo que uma mudança pode ter significados diferentes de acordo com o contexto no qual esteja inserida. Por exemplo, um incremento monetário de R\$100,00 para R\$200,00 será percebido de forma distinta de um incremento de R\$1.000,00 para R\$1.100,00.
3. Os seres humanos têm aversão à perda. Quando comparadas, as perdas possuem um impacto maior que os ganhos para as pessoas em geral. Esta característica provavelmente está relacionada a um histórico evolucionário, no qual indivíduos que trataram as ameaças como mais urgentes que as oportunidades tiveram maior chance de sobrevivência.

Assim, nota-se que o pensamento mais contemporâneo em psicologia econômica defende a inserção da percepção dos indivíduos para compreender suas escolhas econômicas. Esta percepção varia de acordo com as informações disponíveis, ou seja, de acordo com o contexto. De acordo com Kirchler (1999), “decisões econômicas e não econômicas em domicílios devem ser consideradas em seu contexto geral. (...) As dinâmicas das decisões podem apenas ser adequadamente compreendidas se estudadas sobre a base de uma variedade de atividades que ocorrem simultaneamente” (p. 297). Considerando esta perspectiva, faz-se necessário identificar aspectos do ambiente econômico e social dos beneficiários do Programa Bolsa Família que sejam relevantes para a forma como percebem o benefício e como gastam o mesmo.

Ribeirinhos da Amazônia

Dada a prevalência da população brasileira nas grandes cidades, a maioria das pesquisas realiza-se nos ambientes urbanos. Porém, os meios rurais concentram 25% da população brasileira (Albuquerque, 2002) e uma das regiões que apresenta maior concentração populacional de pessoas vivendo em ambientes rurais é a Amazônia.

A região amazônica possui um ecossistema que se destaca no cenário mundial por sua biodiversidade e problemas relacionados às questões ambientais e de sustentabilidade, como efeito estufa, buraco na camada de ozônio e desmatamento. Este território possui uma das últimas camadas contínuas de floresta tropical úmida do planeta, sendo o bioma que possui maior complexidade e maior riqueza de espécies, populações e microorganismos. Atualmente cobre cerca da metade da área que cobria antigamente (Albagli, 2001).

De acordo com Lima e Pozzobon (2005), existem nove categorias socioambientais de produtores rurais residentes na Amazônia: os povos indígenas de comércio esporádico; os povos indígenas de comércio recorrente; os povos indígenas dependentes da produção mercantil; os pequenos produtores “tradicionalistas”; os latifúndios “tradicionalistas”; os latifúndios recentes, os migrantes/fronteira; os grandes projetos; e os exploradores itinerantes. As populações ribeirinhas estão inseridas no grupo de pequenos produtores “tradicionalistas”.

Os pequenos produtores “tradicionalistas” são os habitantes da Amazônia originários do processo de colonização ibérica da região. Apresentam eminentemente uma economia de subsistência, ou seja, sua produção é realizada principalmente para consumo próprio. Ainda que tenham exercido várias funções, como coletores, pescadores ou agricultores, receberam de forma impositiva um padrão cultural de consumos de artigos manufaturados, à medida que vislumbravam a possibilidade de serem inseridos em um mundo “civilizado” (Lima & Pozzobon, 2005).

Os ribeirinhos amazônicos dependem do rio como principal espaço de sustentação e de formação de sua identidade, sendo que muitas comunidades ribeirinhas apresentam como principal característica o isolamento físico e social com outras comunidades, o que também torna escassos os recursos de que possam dispor (Silva, Pontes, Lima, & Maluschke, 2010; Silva, Pontes, Santos et al., 2010). Porém, viver às margens do rio não é suficiente para caracterizar uma população como ribeirinha. Na Amazônia, muitas cidades foram formadas há mais de 300 anos, a partir de atividades realizadas através do rio. No entanto, paulatinamente perderam essa característica, tornando-se cada vez mais dependentes dos meios terrestres para realizar suas atividades, como é o caso em Belém e Manaus (Cruz, 2008).

Especificamente em Belém, apesar de sua orientação urbana que segue o padrão de utilização de vias terrestres para locomoção, a maior parte da área geográfica do município é composta por ilhas (Anuário Estatístico Municipal, 2011). De acordo com Reis, Araújo, Santos, Silva e Pontes (2012), a proximidade geográfica das ilhas à metrópole é um dos grandes diferenciais nas análises de comunidades ditas “tradicionais”, afetando questões de modo de vida, que incluem a economia local.

A forma de produção econômica dos ribeirinhos é geralmente “orientada pelas demandas de consumo doméstico, produzida em bases familiares, ‘avessa’ aos riscos, não contábil, fortemente dependente das imposições da natureza, direcionada ao mercado para a troca de bens necessários à sua sobrevivência e bens ‘supérfluos’” (Moura, Nascimento, & Côrrea, 2007, p. 520). Uma vez que sua produção existe principalmente em função das demandas do grupo ao qual pertencem, é comum que os ribeirinhos não produzam bens com o objetivo de obter lucro. Mesmo quando realizam trocas comerciais, os ribeirinhos costumam estar orientados por padrões subjetivos que limitam sua produção ao suprimento de itens que saciam as necessidades dos membros de suas famílias (Lima & Pozzobon, 2005).

A fim de conhecer melhor as características de consumo dos ribeirinhos da Amazônia, Moura et al. (2007) investigaram as variações de consumo dos ribeirinhos da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, no estado do Amazonas, estabelecendo como parâmetro a constituição da cesta básica ou “rancho” dos ribeirinhos. O termo “rancho” refere-se aos “bens de consumo não-duráveis que são adquiridos no mercado e considerados de maior necessidade para a sobrevivência do grupo familiar.” (p. 521). Torna-se, portanto uma unidade de medida das condições do grupo doméstico, à medida que não dispor de recursos para a constituição do rancho expõe uma situação de extrema pobreza e de dependência da solidariedade de parentes e vizinhos.

De acordo com Moura et al. (2007), investigar os elementos que constituem os ranchos ribeirinhos é um importante indicador econômico por possibilitar a visualização de alterações no poder de compra das unidades domésticas, além de exprimir resultados de programas sociais governamentais e não-governamentais. Investigando seis comunidades ribeirinhas, as autoras encontraram como principais itens constituintes do rancho: o açúcar, o café, o sabão em pedra, o óleo de soja, o leite, o sal, a farinha, a bolacha e a gasolina. Além do mais, observaram um evidente aumento no poder de compra das famílias em geral, sendo que as famílias que demonstraram maior aumento foram as famílias beneficiárias de programas do governo, como o Programa Bolsa Família.

Piperata, Spence, Da-Gloria e Hubbe (2011) também trazem contribuições importantes para a compreensão dos gastos alimentares de famílias ribeirinhas. Os autores realizaram um estudo longitudinal com o objetivo de avaliar o impacto da mudança econômica e aumento da integração de mercado nas estratégias de sobrevivência, condições de vida, crescimento e estado nutricional de ribeirinhos da Amazônia. Os resultados indicam que a participação no PBF é um dos elementos mais marcantes nas mudanças do estilo de vida das famílias investigadas, juntamente com a existência de energia elétrica e aquisição de barcos motorizados.

Porém, mais do que indicadores econômicos numéricos, faz-se necessário compreender como as famílias beneficiárias ribeirinhas percebem o benefício recebido e como este é distribuído no seu orçamento total. Para tanto, constitui-se objetivo deste estudo investigar as características econômicas de quatro famílias ribeirinhas beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) e a percepção das mães destas famílias sobre o programa.

Objetivos

Objetivo Geral

Investigar as características econômicas de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) moradoras de uma comunidade ribeirinha amazônica e a percepção das mães destas famílias sobre o programa.

Objetivos Específicos

- Investigar as características e organização econômica de famílias ribeirinhas beneficiárias do PBF;
- Investigar a integração do benefício do Programa Bolsa Família no orçamento familiar de famílias ribeirinhas, verificando quais são os principais gastos executados com esta fonte de renda;
- Investigar a percepção de mães beneficiárias ribeirinhas acerca do Programa Bolsa Família, considerando os principais temas relatados nas entrevistas e as mudanças econômicas ocorridas após a inserção no programa;

Método

Delineamento

Foi realizado um estudo exploratório descritivo para levantar o perfil socioeconômico de quatro famílias ribeirinhas que participam do Programa de Bolsa Família, e um estudo de casos múltiplos holístico com quatro mães beneficiárias acerca da percepção sobre o benefício que recebem (Yin, 2010).

De acordo com Yin (2010), a estrutura lógica de um estudo de casos múltiplos segue a lógica da replicação de casos e não da amostragem, tipicamente quantitativa, de modo que cada caso está inserido em uma teoria que busca a explicação de determinado fenômeno. Estudos de caso holísticos contrapõem-se aos estudos de caso integrados, pois estudos holísticos examinam a natureza global de um caso, enquanto estudos integrados enfatizam especificidades individuais.

O estudo exploratório levantou informações acerca de aspectos estruturais, como a idade e a ocupação dos membros, e socioeconômicos das famílias, como as fontes e destinos das rendas, a forma como administram o dinheiro (divisão do trabalho, uso de cartão de crédito, poupança, empréstimo e contas em estabelecimentos comerciais) e de outros elementos economicamente importantes para a família (disponibilidade de energia elétrica e participação em outros benefícios públicos). Estas informações mais objetivas permitem o vislumbre de como ocorre a organização econômica destas famílias.

Além do mais, a fim de compreender a percepção das mães beneficiárias sobre sua condição, especialmente sobre o benefício do PBF, as informações levantadas foram aglomeradas nos seguintes temas: a percepção geral das mesmas, enfatizando o empoderamento obtido após a participação no benefício e a compreensão que possuíam sobre as condicionalidades de educação e de saúde. Foram ainda levantadas informações acerca das mudanças ocorridas após a inserção no programa, sendo tais mudanças concentradas na

percepção que as beneficiárias apresentaram sobre a renda do trabalho do marido, sobre a frequência dos gastos e sobre o suprimento de necessidades.

Dada a natureza holística deste estudo (Yin, 2010), foram realizadas comparações entre os casos elencados, sendo enfatizados aspectos comuns e peculiares de cada caso. Seguindo tal direcionamento, os resultados serão apresentados de acordo com conceitos construídos após a análise dos dados, sendo que alguns conceitos não foram apresentados por todas as participantes, mas tiveram ênfase e relevância para o objetivo proposto.

Contextualização

A pesquisa foi realizada na ilha do Combú, parte insular de Belém do Pará. De acordo com os dados do Censo 2010 (MDS, 2012), a população do município de Belém era composta por 1.393.399 habitantes. Deste total, 85.011 encontravam-se em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 70,00, o que corresponde a 6,1% da população municipal. Em termos proporcionais, 20,4% da população em extrema pobreza concentra-se na área rural, contra 5,8% na área urbana.

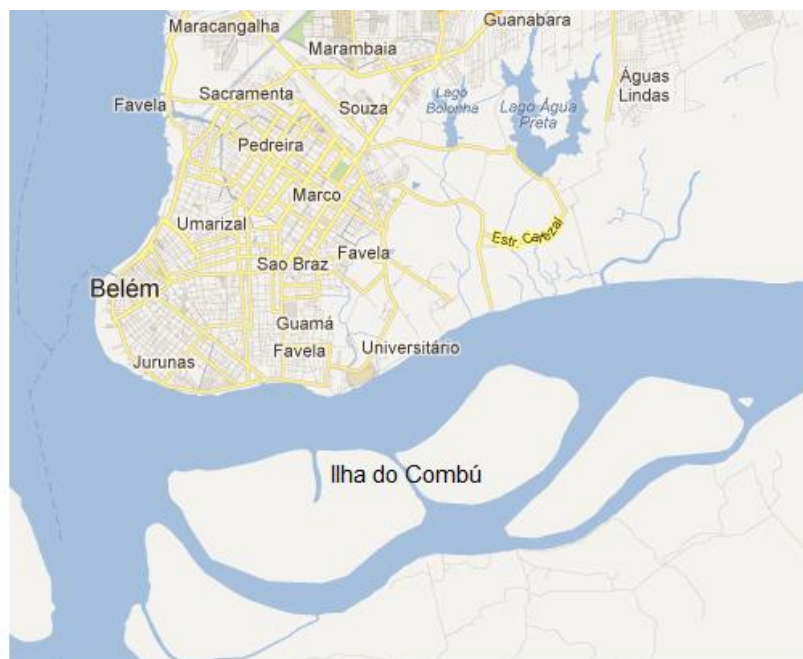


Figura 1. Localização geográfica da Ilha do Combú com relação à área urbana de Belém.
Fonte: Google Maps.

A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de serviços, o qual respondia por 72,7% do PIB municipal. As despesas com saúde, urbanismo, educação, encargos especiais e administração foram responsáveis por 82,83% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 2,88% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do estado, que é de 3,23% (MDS, 2012).

Dentro da área da assistência social, o Programa Bolsa Família beneficiou, no mês de outubro de 2012, 85.684 famílias, representando uma cobertura de 89,1 % da estimativa de famílias pobres no município. As famílias receberam benefícios com valor médio de R\$ 123,98 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 10.623.016,00 no mês (MDS, 2012).

Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar ultrapassou os 94% para os beneficiários de seis a 17 anos. Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de junho de 2012, atingiu 82% das beneficiárias. Deve-se ressaltar que algumas informações fornecidas através de relatórios oficiais estão desconstruídas com a própria realidade.

Uma dessas situações é o fornecimento de dados que afirmam que apenas uma família ribeirinha está cadastrada no CadÚnico (MDS, 2012). De encontro a essa informação, o estudo de Afonso, Araújo, Reis, Silva e Pontes (2012) acerca das rotinas de crianças e adolescentes moradores da Ilha do Combú e beneficiários do PBF mostra que a quantidade de famílias ribeirinhas beneficiárias é bem maior.

Belém conta com 39 ilhas e a ilha do Combú possui uma extensão territorial de 15.972 km². É considerada, em tamanho e espaço territorial, a quarta maior ilha de Belém. Está situada ao sul do centro de Belém, à margem esquerda da foz do rio Guamá, limitando-se ao norte do município de Acará (Anuário Estatístico Municipal, 2011). Drenada pelos igarapés Combú,

Piriquitaquara e furos do Benedito e Paciência, distando 6,3 km em linha reta, da área central de Belém (Figura 1).

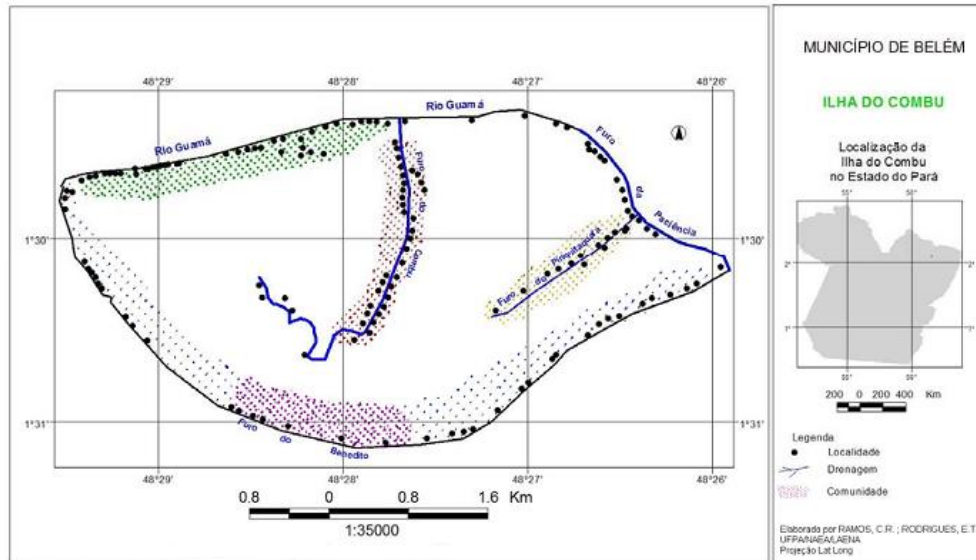


Figura 2. Esquema gráfico da Ilha do Combú – Belém (PA)

A Ilha do Combú apresenta uma formação típica do estuário amazônico, composta de várzea, com composição florística variada, árvores de grande porte e sub-bosque, matas primária e secundária e solos razoavelmente férteis, onde há a predominância do açaizeiro (Dergan, 2006). De acordo com Rodrigues (2006), os ribeirinhos da ilha do Combú pertencem à categoria social da produção rural familiar, que aponta para atividades alternativas no que se refere à geração de emprego e renda. Diferem das comunidades ribeirinhas que se encontram em situação de isolamento, pois a proximidade com o grande centro urbano da capital proporciona o acesso a recursos que são escassos aos ribeirinhos tradicionais. Morar à beira dos rios e manter proximidade com o contexto urbano produzem peculiaridades culturais a esta ilha, como as iminentes possibilidades de compra e venda de recursos. Além do mais, dispõem geralmente de meios de comunicação que reproduzem os desejos produzidos pela mídia, favorecendo o consumo.

De acordo com Afonso et al. (2012), as moradias da comunidade são de madeira, cobertas com telhas de barro ou amianto, construídas em palafitas e distantes, aproximadamente 30 metros umas das outras. A energia elétrica fornecida pela concessionária estadual chegou à ilha em julho de 2011. Não há tratamento de água, sendo que a água potável é obtida principalmente através da comercialização por um barqueiro, sendo que nenhuma das famílias investigadas soube responder a procedência de tal água.

Para Reis et al. (2012), a localização geográfica é um fator que merece ser considerado na análise de comunidades ribeirinhas, pois afetam fatores como as estruturas das casas, visto que algumas são feitas de materiais industrializados como telhas de barro ou amianto; as ocupações profissionais, pois algumas pessoas trabalham na área urbana, o que não ocorre em comunidades ribeirinhas tradicionais; e o acesso à educação e a políticas públicas.

Participantes

Participaram deste estudo quatro mães ribeirinhas moradoras da Ilha do Combú – Belém (PA) beneficiárias do Programa Bolsa Família. As características das famílias serão apresentadas com mais detalhes na seção de resultados. Após a averiguação das informações familiares contidas no banco de dados do Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento Humano da Universidade Federal do Pará (LED/UFPA), as mães foram escolhidas. O principal critério para a escolha das participantes foi a receptividade e a disposição das beneficiárias a participarem da pesquisa, sendo privilegiadas as que tivessem sido entrevistadas pela pesquisadora responsável por este estudo no primeiro momento da coleta de dados, realizado em 2011.

Instrumentos

A fim de caracterizar biossocioeconomicamente as famílias das participantes entrevistadas e de conhecer mais profundamente aspectos de sua percepção acerca do Programa Bolsa Família, foram aplicados um Inventário Biossocio demográfico e uma Entrevista semiestruturada.

Inventário biossociodemográfico

O Inventário Biossociodemográfico consiste em um inventário aplicado aos participantes da pesquisa *Ecologia do Desenvolvimento de Famílias Ribeirinhas e Urbanas e o Programa Bolsa Família*. O objetivo do instrumento é obter informações estruturais acerca da família, aspectos do domicílio e algumas características econômicas relacionadas ao recebimento do benefício do PBF, conforme pode ser observado no Apêndice A. Tal inventário foi aplicado primeiramente entre o segundo semestre de 2010 e o primeiro semestre de 2011, na mesma comunidade na qual as participantes residem.

Neste estudo, tal inventário foi reaplicado, sendo que a pesquisadora reafirmou às participantes que tal aplicação era necessária para tentar compreender melhor as mudanças ocorridas entre a primeira e a segunda aplicação.

Entrevista semiestruturada

Além do Inventário Biossociodemográfico, foi aplicada uma entrevista semiestruturada que tinha como questões norteadoras: “1. Como era a sua vida antes de entrar para o PBF? 2. Como é a sua vida hoje em dia?”. Para responder a estas questões, foram organizados tópicos que enfatizavam as mudanças ocorridas na vida familiar após a inserção no benefício (Apêndice B).

Assim, buscou-se saber como a família obtinha recursos para suprir as necessidades básicas, como alimentação, vestuário e locomoção para a área urbana, e como o benefício é gasto atualmente. Com relação aos hábitos de consumo, foi investigado: quanto ganhavam; o que compravam; para quem compravam; com que frequência compravam; como usavam o que compravam e as negociações dos recursos (tempo, dinheiro e esforços) de modo geral. Todas as perguntas também foram feitas levando em consideração o atual momento financeiro da família, ou seja, com o benefício sendo uma fonte de renda da família.

Coleta e análise dos dados

A primeira atividade realizada neste estudo foi a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará, que aprovou sua execução sob CAAE 00838212.8.0000.0018. Após a permissão para executar a pesquisa, foi feita a consulta ao banco de dados do Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED) a fim de selecionar as famílias que participariam deste estudo. A princípio foram selecionadas cinco famílias, porém intercorrências pessoais ocorridas com a pesquisadora impossibilitaram a utilização dos dados da primeira família participante.

Após a escolha das famílias, foi realizado o primeiro contato com a primeira família a fim de saber sobre a possibilidade de participação na pesquisa. Deste modo, à primeira família foram realizadas três visitas: uma para estabelecer o contato, a segunda para aplicação do ISD e a terceira para aplicação da entrevista semiestruturada. Entretanto, um assalto ocorrido contra a pesquisadora responsável ocasionou a perda de todos os dados referentes a esta família. Contudo, esta primeira coleta foi importante, pois dado o processo iterativo da pesquisa qualitativa (Gibbs, 2009), no qual os pesquisadores devem, a todo momento, alterar suas atitudes a fim de otimizar a coleta e a análise dos dados, surgiram informações importantes que foram levantadas nas outras entrevistas, como a utilização de cartões de crédito e o benefício do INCRA.

As outras visitas ocorreram entre os meses de agosto e setembro, sendo realizadas duas visitas para cada família. A primeira para aplicação do inventário sociodemográfico e a segunda para a aplicação da entrevista semiestruturada. Ainda seguindo a lógica de Gibbs (2009), antes da aplicação dos instrumentos em cada família seguinte, foi realizada a transcrição dos dados, a fim de averiguar aspectos que pudessem proporcionar informações importantes para a execução das entrevistas seguintes.

Após a aplicação e transcrição de todos os instrumentos, foi realizada uma análise de conteúdo dos dados (Bardin, 1977) a fim de estabelecer categorias para as falas das participantes.

De acordo com Gibbs (2009), uma das formas de realizar a pesquisa qualitativa é o estabelecimento de categorias que surgem após a análise dos dados, configurando assim uma categorização *ênica*, oposta à categorização *ética*, na qual as categorias são estabelecidas *a priori*.

Todos os nomes utilizados neste trabalho são fictícios, a fim de manter a identidade dos participantes preservada. Os dados foram organizados em dois grandes grupos: o primeiro grupo é formado por características mais objetivas da realidade familiar, como configuração do grupo, fontes de renda e principais destinos da renda. Complementando essas informações, foram inseridas características socioeconômicas que dizem respeito à utilização dos recursos familiares. O segundo grupo de dados abarca a percepção das participantes em si, ou seja, a forma como percebem aspectos relacionados ao benefício do PBF em sua vida familiar. A seguir será apresentada a Figura 3 com um esquema da organização dos resultados:

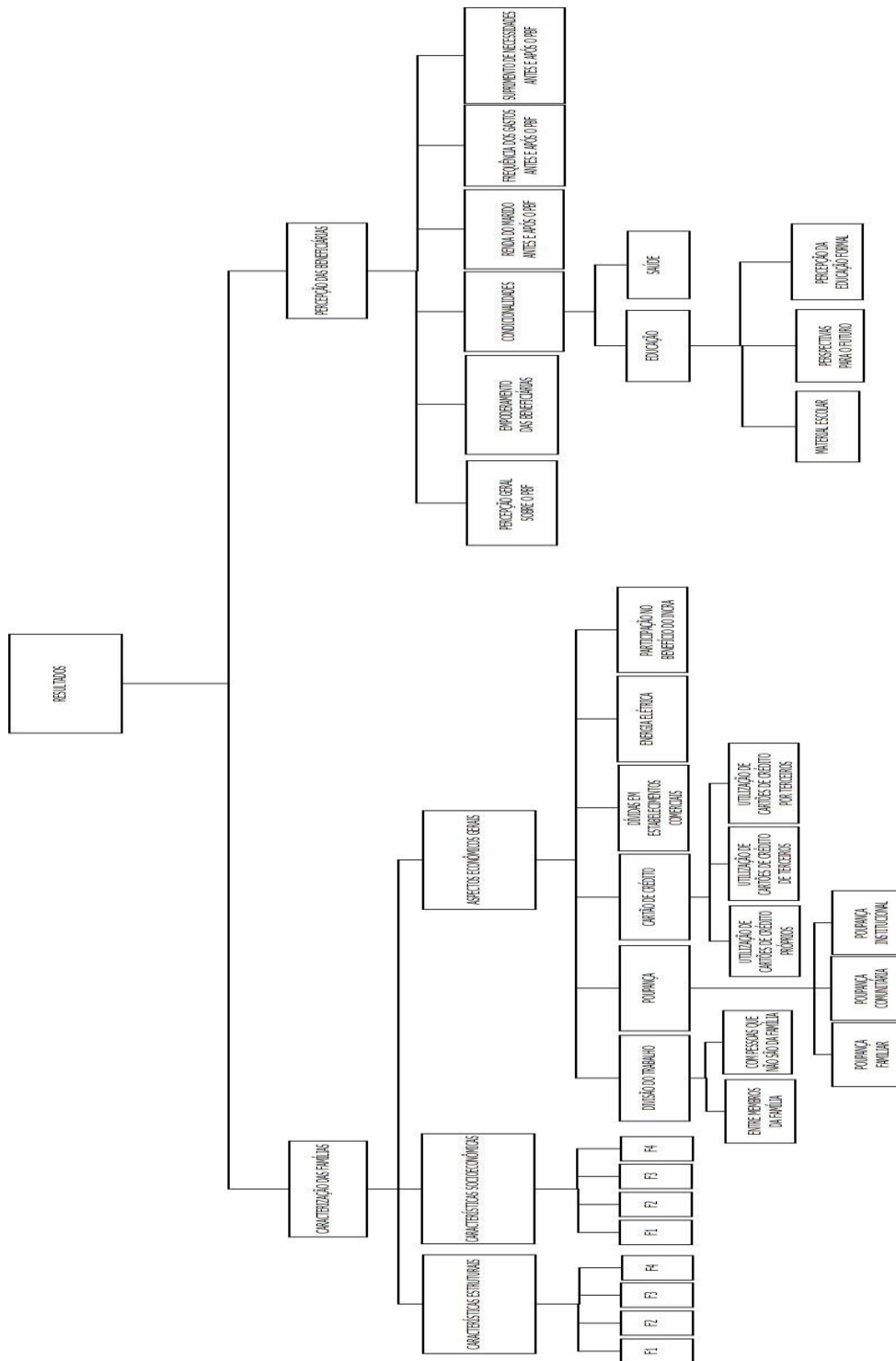


Figura 3. Esquema gráfico da organização dos resultados

Resultados

Os resultados estão organizados em duas seções: A primeira seção traz uma caracterização das famílias, com seus aspectos estruturais e socioeconômicos. São apresentadas as características da organização econômica de famílias ribeirinhas que são tradicionais, mas sofrem forte influência do contexto urbano, por conta da proximidade com a metrópole. Além disso, é enfatizada a alocação do recurso do PBF no orçamento total da família, bem como as principais despesas efetuadas com as diferentes fontes de renda.

A segunda seção trata especificamente da percepção das beneficiárias sobre o PBF, trazendo aspectos como a percepção geral sobre o benefício, o empoderamento decorrente da participação no PBF, a forma como são vistas as condicionalidades de educação e de saúde e as mudanças ocorridas após a inserção no PBF nos seguintes temas: Percepção da renda do marido, frequência dos gastos e suprimento de necessidades.

Após a apresentação de cada seção, serão feitas considerações preliminares, com o diálogo com autores que tratem dos temas apresentados nos resultados.

Caracterização das Famílias

A caracterização das famílias envolve tanto aspectos estruturais quanto aspectos socioeconômicos. Os aspectos estruturais das famílias dizem respeito à identificação dos grupos familiares. Para cada família serão apresentadas características como a idade e a principal ocupação dos membros e quem são os beneficiários. Além do mais, outras características peculiares ao grupo também serão apresentadas, sendo que todas serão acompanhadas de um genograma.

Para ilustrar as características socioeconômicas das famílias foram construídos gráficos que expressam a porcentagem de cada fonte de renda da família no orçamento total e organogramas que expõem o destino das rendas de acordo com cada fonte. Nesta seção, para

cada família serão apresentados um gráfico e um organograma, além de características econômicas específicas ao grupo.

Após a apresentação de cada grupo familiar serão apresentados temas que surgiram nas falas das participantes. Tais aspectos foram relevantes nas falas em geral, mas não surgiram em todas as famílias necessariamente.

Aspectos estruturais.

Família 1

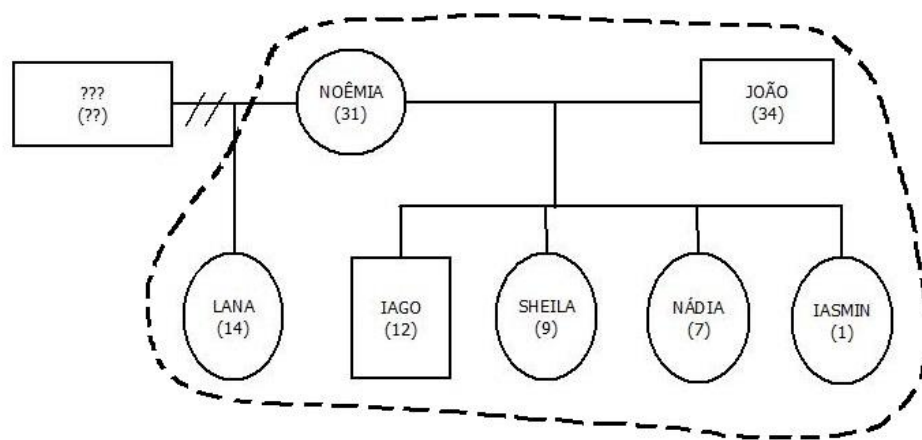


Figura 4. Genograma da Família 1.

Nota: A linha tracejada envolve as pessoas que moram na mesma residência.

A Família 1 era composta pela participante Noêmia (31 anos), seu marido João (34 anos), a filha de uma primeira união de Noêmia, Lana (14 anos) e os filhos do casal: Iago (12 anos), Sheila (9 anos), Nádia (7 anos) e Iasmin (1 ano). Todas as crianças eram beneficiárias do Programa Bolsa Família, sendo que na época da coleta de dados o benefício havia aumentado recentemente por conta da inclusão de Iasmin no Programa Brasil Carinhoso, que também integra a estratégia de combate à pobreza do Programa Bolsa Família. A principal ocupação de João era a extração do açaí, de Noêmia eram os serviços domésticos e dos filhos eram os estudos.

Família 2

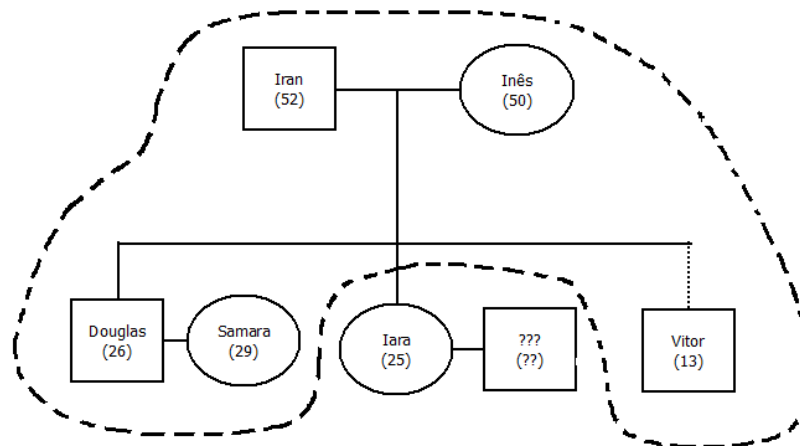


Figura 5. Genograma da Família 2.

Nota: A linha tracejada envolve as pessoas que moram na mesma residência.

A Família 2 era composta pela participante Inês (50 anos), seu marido Iran (52 anos), seu filho Douglas (26 anos) e a nora Samara (29 anos), além do filho Vítor (13 anos), que era o beneficiário do Programa Bolsa Família. Inês e Iran também eram pais de Iara, porém a moça morava em outra residência com o marido.

Com relação à ocupação dos membros da família, Iran e Douglas trabalhavam principalmente na extração do açaí. Porém, o filho não contribuía monetariamente com o orçamento familiar. Inês realizava serviços de alisamentos de cabelos e pintura de unhas, porém eram esporádicos. Além disso, a família ainda vendia *chopes* (sucos de fruta congelados em pequenos sacos plásticos) em sua residência, o que auxiliava nas despesas domésticas. A principal ocupação de Vítor era apenas estudar.

Outra característica da família era que Vítor, o filho beneficiário, era adotado, sendo que sua mãe biológica era sobrinha de Iran. Na certidão de nascimento de Vítor ainda constava o nome de sua mãe biológica, porém, o cartão de beneficiária do PBF estava no nome de Inês.

Família 3

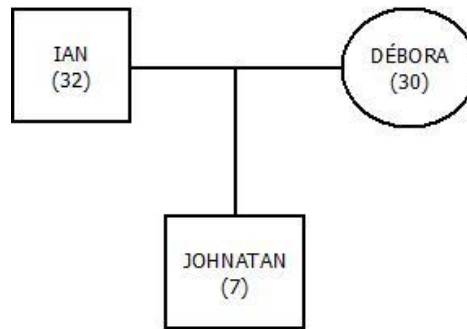


Figura 6. Genograma da Família 3.

A Família 3 era composta pela participante Débora (30 anos), seu marido Ian (32 anos) e seu filho Johnatan (7 anos), que era beneficiário do Programa Bolsa Família. A principal ocupação de Ian era a extração do açaí, de Débora eram as atividades domésticas e de Johnatan era estudar.

Família 4

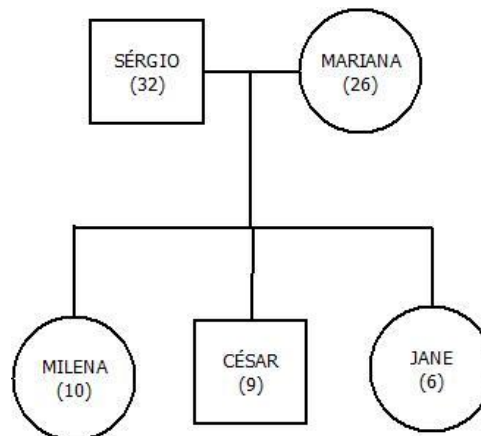


Figura 7. Genograma da Família 4.

A Família 4 era composta pela participante Mariana (26 anos), seu marido Sérgio (32 anos) e seus filhos Milena (10 anos), César (9 anos) e Jane (6 anos). A principal ocupação de Sérgio era a administração de seu pequeno terreno, pois o mesmo não podia extrair o açaí por

motivos de saúde. A principal ocupação de Mariana eram as atividades domésticas e de seus filhos era estudar.

Aspectos socioeconômicos.

Família 1

A média de renda total obtida por esta família foi de R\$764,00, sendo cerca de R\$480,00 provenientes do trabalho do marido e R\$284,00 do benefício do PBF. Observa-se, então, que a renda do marido compunha mais de 60% do orçamento familiar. Porém, tal proporção é referente aos períodos de safra, no qual a coleta de dados foi realizada. A renda *per capita* da família é de R\$109,14.

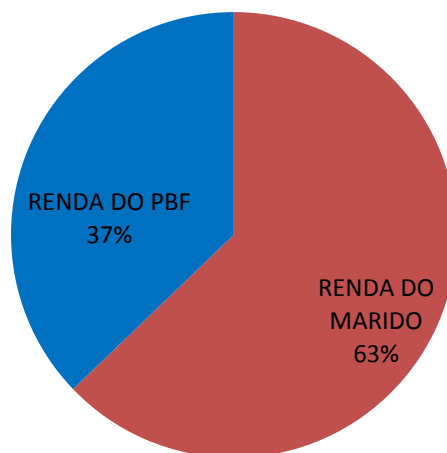


Figura 8. Orçamento da Família 1.

Na Família 1, as duas únicas fontes de renda eram o trabalho do marido e o benefício do Programa Bolsa Família. A partir da análise do organograma expresso na Figura 9 nota-se que o dinheiro proveniente do trabalho do marido era utilizado para a subsistência da família, principalmente os gastos com alimentação. Porém, a renda do benefício também era utilizada para estes gastos, principalmente quando o dinheiro do marido acabava.

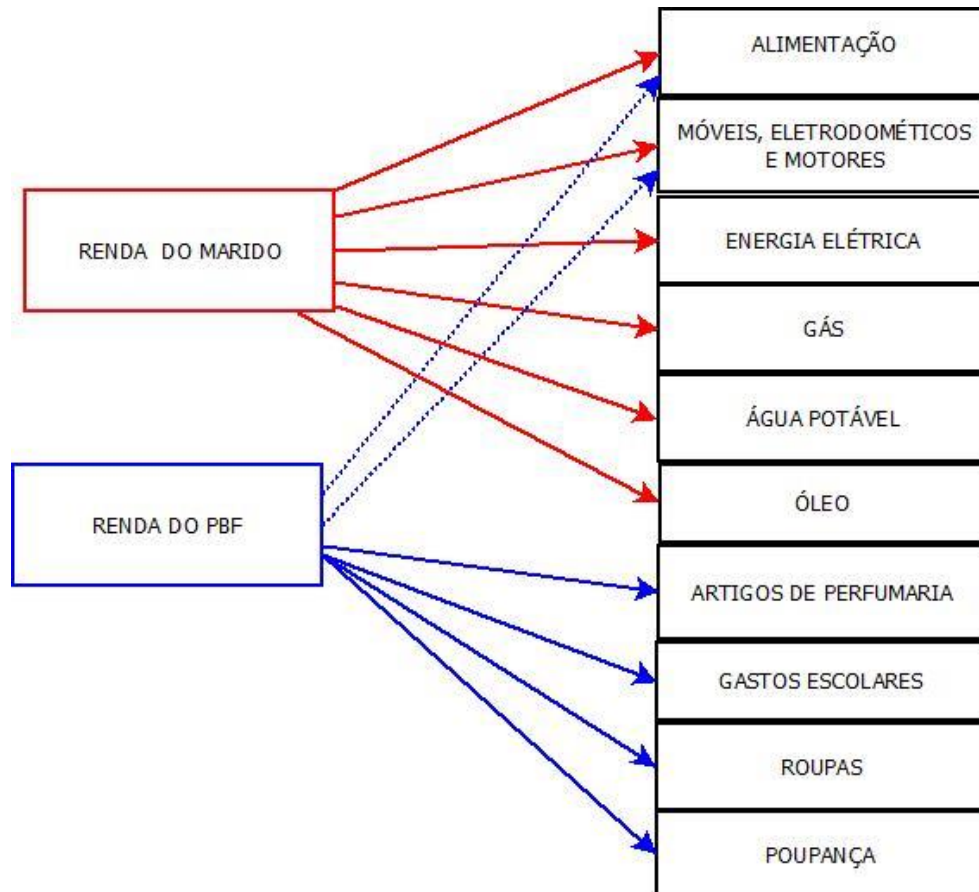


Figura 9. Organograma de rendas e despesas da Família 1.

Nota: As linhas pontilhadas referem-se ao fato de tal renda ser utilizada de modo complementar como destino de determinada despesa, sendo as linhas com tracejado completo referentes ao principal destino da renda.

Após a entrada no Programa Bolsa Família, a Família 1 adquiriu uma geladeira, um colchão e uma televisão. Uma vez que a compra da geladeira foi bastante onerosa (R\$1.400,00) a família vendeu um barco pequeno (rabeta) para poder dar como entrada para o pagamento. O restante do valor foi creditado no cartão de crédito por uma amiga da participante que mora em Belém. Por repetidas vezes, a participante afirmou que o marido é o responsável pelo pagamento da dívida da geladeira, tentando enfatizar que não utilizará o dinheiro do benefício do Programa Bolsa Família para quitar tal dívida.

Com relação a outras despesas familiares, a média de gastos mensais com energia elétrica foi de R\$20,00, com gás de cozinha foi de R\$40,00 (que durava em média 40 dias) e com água potável foi de R\$32,00. Geralmente, a água era adquirida através do barqueiro que vendia água potável para os moradores da ilha. Porém, algumas vezes era adquirida em uma torneira localizada em Belém, sendo pago o mesmo valor para que alguém colocasse o vasilhame no barco do marido.

Família 2

A renda total média da Família 2 era de R\$832,00 e quase 70%, ou seja, cerca de R\$600,00 eram provenientes do trabalho do marido. Novamente, esse valor obtido corresponde ao período da safra. A renda da esposa adquirida através dos serviços de manicure e de alisamento de cabelos era de R\$140,00, a renda do benefício era de R\$102,00 e outras rendas, no caso, a venda de *chopes*, era de R\$30,00 em média. A renda *per capita* da família era de R\$166,40.

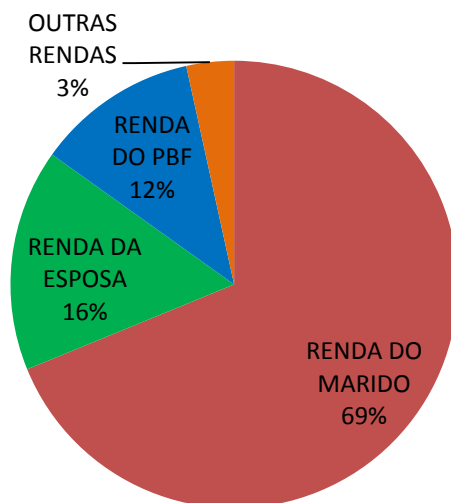


Figura 10. Orçamento total da Família 2.

Na Família 2 o cenário era mais complexo, pois além de haver quatro fontes de renda, existiam algumas despesas que não foram relatadas por outras participantes, como a compra de

remédios. Nota-se maior integração das rendas quanto aos gastos, pois, apesar do marido ser exclusivamente responsável pela aquisição de alimentos, a renda da esposa e a renda do benefício eram muito importantes para a subsistência da família, sendo destinadas a despesas como energia elétrica e compra de móveis e eletrodomésticos. Outro elemento que se destacou foi o fato de a mãe ser responsável por administrar tanto a renda do benefício quanto a renda de seu próprio trabalho de cabeleireira e de manicure.

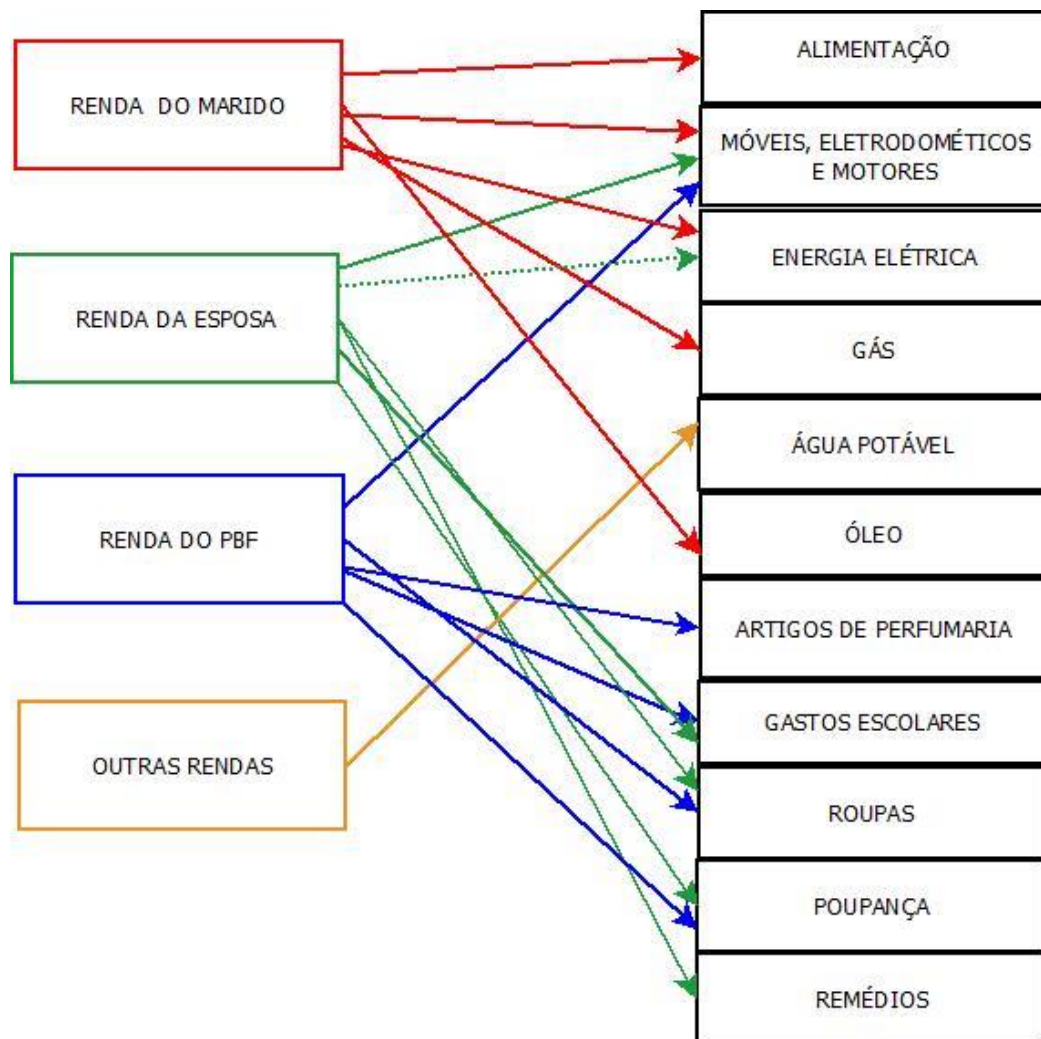


Figura 11. Organograma de rendas e despesas da Família 2.

Recentemente, esta família adquiriu um fogão, uma geladeira, um liquidificador, um ventilador e uma torradeira. Para a aquisição destes itens, a participante utilizou seus próprios cartões de crédito e retirou das rendas do benefício e do seu trabalho o dinheiro para o pagamento das dívidas. Com relação aos gastos mensais, a média de consumo de energia elétrica

era de R\$156,00. A família gastava R\$40,00 com gás de cozinha (com duração média de 25 dias) e cerca de R\$40,00 com água potável por mês.

Família 3

Nesta família, a principal fonte de renda era o trabalho do marido que rendia R\$750,00 em média. A renda do benefício do PBF era de R\$102,00. Na Figura 12 observa-se a importância da renda do marido para o orçamento familiar total, pois esta correspondia a cerca de 90% da renda total média da família, que é R\$852,00. A renda *per capita* da família é de R\$284,00.

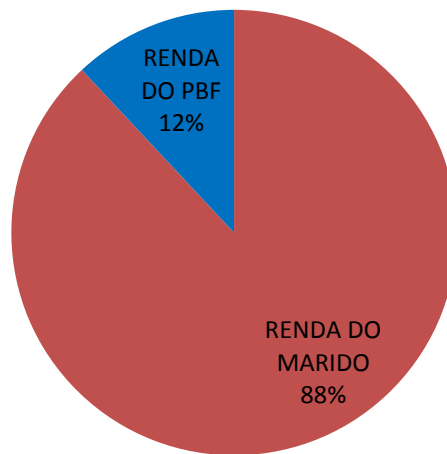


Figura 12. Orçamento total da Família 3.

Na Família 3, a renda oriunda do trabalho do marido era a principal responsável pela manutenção da residência, sendo destinada à maioria das despesas. A renda do benefício era gasta de modo complementar, com despesas que estivessem relacionadas apenas à mãe e ao filho beneficiário, como pode ser observado na Figura 13.

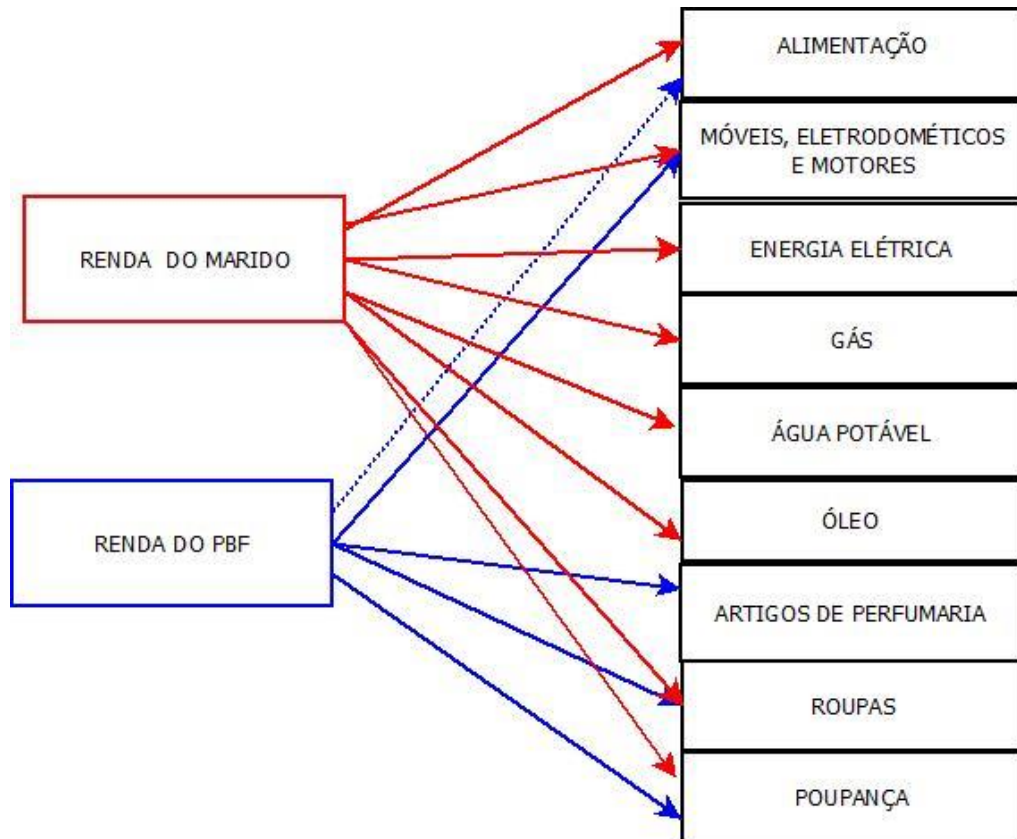


Figura 13. Organograma de rendas e despesas da Família 3.

Recentemente, esta família adquiriu um motor de barco, uma televisão e um aparelho de DVD. O motor do barco custou R\$2.500,00 e foi adquirido para que o marido pudesse otimizar a venda do açaí, já que na época da entrevista emprestava o barco de um cunhado. Para adquiri-lo, o marido pagou R\$1.000,00 de entrada, sendo que pediu um empréstimo para a caixinha da qual participam no valor de R\$400,00 e os outros R\$600,00 foram poupados. O restante do valor foi financiado pela filha de uma amiga da participante, que morava em Belém. Com relação aos gastos mensais, o consumo da energia elétrica custava cerca de R\$56,50. Os gastos com gás de cozinha eram de R\$35,00 (com duração média de 2 meses) e com água potável de cerca de R\$16,00, sendo que a água era comprada no barco de distribuição.

Família 4

Nesta família, a renda obtida através do benefício era fundamental para a subsistência da família. De acordo com a Figura 14, a renda do benefício compunha a metade da renda total da

família, que era de R\$400,00. Deste modo, R\$200,00 eram obtidos através da coleta do açáí e os outros R\$200,00 eram provenientes do benefício. A partir dessa informação infere-se, novamente, a importância desta renda específica para a família. A renda *per capita* do grupo era de R\$80,00.

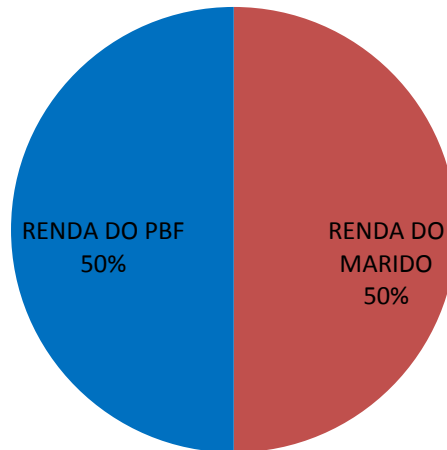


Figura 14. Orçamento total da Família 4.

Nesta família foi encontrada uma situação na qual a renda total obtida não era suficiente para suprir as despesas básicas, como o pagamento da energia elétrica, a compra de gás de cozinha ou a compra de água potável. O pagamento da conta de energia elétrica estava atrasado há três meses, o gás de cozinha havia acabado quando foi realizada a visita e a água potável era coletada em outra ilha.

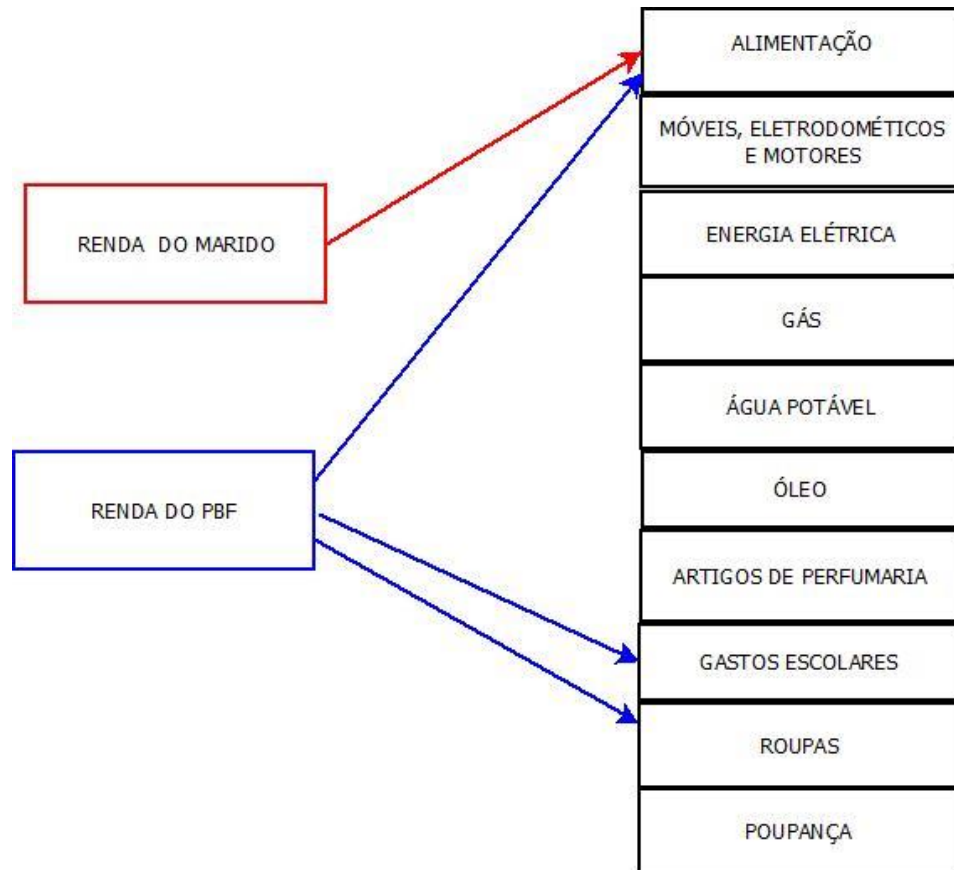


Figura 15. Organograma de rendas e despesas da Família 4.

A Família 4 não relatou a compra de nenhum bem, como móvel ou eletrodoméstico. A média de gastos mensais foi de R\$60,00 com energia elétrica, R\$40,00 com gás de cozinha (com duração média de 2 meses), e R\$10,00 com água potável, pois geralmente a água era coletada de uma fonte localizada em outra ilha, o que não trazia custos monetários diretos para a família.

Aspectos econômicos familiares

Durante a análise das entrevistas, alguns temas relacionados à organização econômica das famílias foram destacados pelas participantes. Uma vez que foram feitas referências a estes temas em mais de uma família, ou a referência feita denotou uma grande importância para a beneficiária, esta seção foi construída, a fim de que tais elementos econômicos fossem melhor apresentados e discutidos.

Os elementos destacados foram: Divisão do trabalho (entre membros da família e com pessoas que não são da família); Poupança (familiar, comunitária e institucional); Cartões de

crédito (utilização de cartões de crédito próprios, utilização de cartões de crédito de terceiros e utilização de cartões de crédito por terceiros); Empréstimos; Dívidas (contas) em estabelecimentos comerciais; Energia elétrica; e Participação no benefício do INCRA.

Divisão do trabalho.

Uma vez que a psicologia econômica está focada na negociação dos recursos escassos de que as pessoas dispõem e os esforços individuais fazem parte desses recursos (van Raaj, 1999), a compreensão da forma como o trabalho está dividido é importante para compreendermos a organização econômica de determinado grupo social. Na comunidade estudada, assim como na maioria das comunidades tradicionais, havia uma divisão de trabalho dentro da família, na qual ao homem cabe o sustento econômico e à mulher a execução das tarefas domésticas (Silva, Pontes, Lima & Maluschke, 2010; Silva, Pontes, Santos et al., 2010). Porém, houve ainda relatos de uma divisão do trabalho de extração do açaí com outras pessoas, sejam membros que não faziam parte do núcleo familiar ou pessoas que eram pagas para executar determinado serviço.

1. Entre membros da família.

Em algumas famílias, foi relatada uma divisão do trabalho de extração do açaí com membros que não faziam parte do núcleo familiar, como os sogros. Na Família 2, o marido dividiu o terreno no qual se realizava a extração com seu filho mais velho, de modo que as rendas obtidas tornaram-se independentes. Na Família 3 ocorreu o caso contrário, pois o marido extraía açaí do terreno que pertencia à sua mãe.

Na Família 4, ocorria uma situação semelhante à da Família 3, porém a existência de um conflito fez com que o marido deixasse de trabalhar no terreno de seu pai:

Quando ele tomava conta do pai dele, rendia mais o dinheiro e aparecia mais açaí, né? Aí, ele entregou o mato do pai dele e tá só com o nosso e o nosso é pequeno mesmo. (...) Ele entregou mesmo porque ficava pesado pra ele, tomar conta dos dois matos. Aí, quando ele chegava lá, aí já tinham tirado o açaí, aí aquela coisa. (...) Aí, ele reparava pra caramba, aí quando ele chegava lá, o açaí já tinham tirado, quando chegava o tempo da colheita, né? O outro dono já passava por lá, já tirava, aí ficava sério. Aí, eu disse: 'entrega e fica só com o teu mesmo'. Porque aqui ninguém mexe. (Mariana – Família 4)

A renda obtida através do trabalho no terreno do pai era uma importante contribuição ao orçamento familiar, bastante restrito na Família 4. De modo geral, havia uma integração entre as famílias estudadas e as famílias de origem, o que é característico de comunidades empobrecidas economicamente (Santos, Silva & Pontes, 2011), pois, mesmo que os filhos saíssem da casa dos pais para constituírem uma nova família, ainda necessitavam de seu auxílio para suprir suas necessidades.

2. *Com pessoas que não são da família.*

Um dos elementos ressaltado durante as entrevistas foi a divisão do trabalho de coleta do açaí com pessoas que não eram da família e que eram remuneradas por esta atividade. Na Família 2, a participante relatou que o marido fez um acordo com um rapaz que não pertencia à família, no qual a renda obtida pela venda do açaí era dividida de maneira igual entre os dois. Porém, o marido ainda era responsável por algumas despesas inerentes à produção e venda do produto em Belém:

Ainda tem a despesa que eles pagam lá, né? Ele fala assim, a pedra, né, que eles falam. Porque lá no porto tem que saltar açaí, tem que pagar lá. Dois reais, três reais. Aí, o meu marido ontem ainda tava conversando que pra ele não rende quase nada porque aí vai tudo na despesa, porque do dinheiro dele que tem que sair pra despesa. Já o do rapaz já fica mais livre do que pra ele, né? Porque ele que apanha, né. Aí, é assim a prestação de conta. (Inês – Família 2)

Outra situação semelhante acontece na Família 4, porém o marido pagava uma quantia fixa a um apanhador, devido a complicações na sua saúde:

Porque aqui, ele manda o menino tirar. Ele paga pra tirar, que ele não sobe no açazeiro. (...) Ele tem problema de coluna. Ele não sobe. Aí, ele paga pra tirar. Ele paga 25, 30, no máximo, pro apanhador, né? (Mariana - Família 4)

Nesta família, a necessária divisão da renda obtida com a venda do açaí e o fato do marido não auxiliar mais o pai na extração do açaí da propriedade deste, já tratado anteriormente, ocasionaram uma redução monetária. Consequentemente, houve a insuficiência do dinheiro obtido para sustentar a família, diferente do que ocorre na Família 2, que possui a maior renda *per capita* dentre as famílias estudadas.

De modo geral, as comunidades ribeirinhas, tidas como tradicionais, são caracterizadas pela economia familiar, ou seja, a economia na qual a subsistência do grupo é mais importante do que a produção excedente (Paixão, 2012). Porém, dadas as peculiaridades geográficas desta comunidade, ou seja, o fato de estar bastante próxima de uma metrópole, pode-se depreender que esta terceirização do trabalho seja uma influência da urbanização, já que pessoas externas à família são remuneradas monetariamente pelo seu trabalho.

Poupança.

Um dos elementos recorrentes nas falas das participantes foi o fato de todas pensarem em guardar uma parte do dinheiro que recebiam, ao invés de gastarem toda a renda com necessidades imediatas. A categoria “Poupança” abarca as referências ao fato das participantes guardarem parte ou todo o seu dinheiro e está dividida nas seguintes subcategorias: Poupança familiar; Poupança comunitária; e Poupança institucional.

1. Poupança familiar.

Esta subcategoria compreende as situações em que a participante guardou ou reservou uma parte ou toda a sua renda para ser gasta ao longo do mês dentro de sua própria residência, sendo que esta renda é proveniente principalmente do benefício do PBF. Este dinheiro geralmente é reservado para eventuais despesas que possam ocorrer ao longo do mês, ou para a compra de algum bem desejado pela mãe ou pelas crianças beneficiárias.

O valor reservado era relativo à quantia que recebiam e aos objetivos para os quais estava destinado o dinheiro. Na Família 1, a participante reservava a quantia de R\$100,00; na Família 2, a participante reservava R\$50,00; e na Família 3, R\$30,00. Na Família 4, a que possuía menor renda *per capita*, a participante afirmou não conseguir reservar dinheiro algum.

Quando questionadas acerca dos motivos pelos quais reservam o dinheiro, as participantes afirmaram o seguinte:

Porque às vezes a gente precisa, quando eles tão doentes, aí eu guardo. Eu vou guardando. (...) Ah, eu guardo porque de repente pode acontecer alguma coisa, Aí a gente tem um dinheiro pra gastar, né, pra sair... tem que se prevenir, né? (Noêmia - Família 1)

Porque eu vejo... De repente, eu preciso de alguma coisa mesmo, até pra ele mesmo, pra mim... Então, tá aí, guardado. (Inês - Família 2)

A partir das falas das participantes da Família 1 e da Família 2 é possível observar que existe uma preocupação das mães com eventualidades que pudessem ocorrer e, portanto, a reserva de dinheiro tinha uma função de prevenção e precaução com relação ao futuro. Outro motivo que também ficou evidente nas falas, foi a aquisição de bens:

Aí, os 100 já tá separado pra guardar, pra comprar as coisas dele. Eu tô juntando pra eu comprar as roupas deles de final de ano já, né? Eu tô juntando pra comprar as coisinhas deles. (...) Aí, a Sheila diz: 'Não, mãe. Então guarda o meu dinheiro.'. Aí, eu já tiro uma parte, 32 pra ela. 35. Aí, eu guardo. Aí, ela diz: 'Olha, a senhora falou que a senhora ia colocar 20 pra mim no cofre, esse mês.'. Aí, eu: 'Tá, tá bom.'. Ela quer que vá guardando pra quando chegar em dezembro é aniversário dela. 'A senhora vai comprar um presente pra mim e fazer meu bolo.', disque ela. (Risos) (Noêmia - Família 1)

E ele ainda tem um dinheirinho aí guardado porque sempre eu guardo assim, né? Aí, às vezes ele quer ir pra escola, eu dou um trocadinho pra ele, né? (Inês - Família 2)

O dinheiro reservado também tinha uma função de adquirir bens como roupas, material escolar e eletrodomésticos a longo prazo, sendo que tais bens eram designados especialmente às despesas com a criança beneficiária. Contudo, devido às circunstâncias de pobreza, algumas vezes era necessário que fosse gasto com as despesas domésticas:

Guardei 50 reais. Aí, só que depois eu gastei com negócio de comida aqui pra casa. (Noêmia - Família 1)

Quando não é necessariamente eu gastar, né? Agora quando precisa assim, que eu preciso mesmo pra inteirar em alguma coisa pra eu pagar, né, aí eu já pego o dinheiro dele. (Inês - Família 2)

Deste modo, por mais que as participantes tenham pretensões de reservar o dinheiro por um período de tempo mais longo, geralmente as necessidades cotidianas interrompem estes planos e o dinheiro passa a ser gasto imediatamente.

2. *Poupança comunitária.*

Um fator que surgiu durante as entrevistas foi a participação de algumas entrevistadas em “caixinhas”, que são modos de guardar dinheiro entre determinado grupo de pessoas, no qual todos os membros fazem um acordo de pagar um valor mensal durante determinado período de tempo. Durante este período são realizados eventos e empréstimos a juros, que rendem uma quantia maior que a investida para os participantes.

No final do período determinado pelos participantes, ocorre a divisão do dinheiro, sendo que, geralmente recebe-se mais dinheiro do que foi investido, devido o acúmulo dos juros e lucro dos eventos realizados. As participantes da Família 2 e da Família 3 afirmaram participar de “caixinhas”, sendo que na Família 2 a participante pagava R\$20,00 mensais e na Família 3 R\$50,00 mensais. Na Família 3 ainda houve referência a um empréstimo realizado pelo marido para a aquisição do barco que serviu para que o mesmo pudesse trabalhar.

3. *Poupança institucional.*

As formas de guardar dinheiro visando a gastos a longo prazo descritas pelas participantes não incluíram a forma institucional de poupança, ou seja, reservar uma quantia e aplica-la em uma conta poupança bancária. A única referência a esta forma de poupança foi feita pela participante da Família 3, quando questionada sobre a possibilidade de conseguir guardar o dinheiro que reserva por mais tempo que um mês:

Não. Quem dera. Só se eu abrir uma conta. (Débora - Família 3)

No que diz respeito ao comportamento de poupar, a Psicologia Econômica ocupa-se há algum tempo deste tema, pois possui importância grande tanto para a psicologia quanto para a economia. De um ponto de vista psicológico, poupar está relacionado à questão fundamental de como os humanos lidam com cenários de incerteza com relação ao futuro e como eles tomam decisões que possam garantir sua sobrevivência (Warneryd, 1989).

Na comunidade estudada, foi encontrada uma situação na qual a poupança de modo geral tinha funções de garantir que a família possuíssem provisões para despesas básicas futuras e utilidade para aquisição de bens que não seriam adquiridos sem que houvesse planejamento. Uma vez que o dinheiro utilizado para tais poupanças era principalmente proveniente do PBF, nota-se a importância desta renda, pois possibilitava às famílias beneficiárias obterem bens que não conseguiriam sem o benefício.

Cartão de crédito.

A utilização de cartões de crédito foi um meio bastante utilizado para adquirir bens a prazo, dada a indisponibilidade do dinheiro imediato. As formas como o cartão era utilizado foram agrupadas em três categorias: Utilização de cartões de crédito próprios, feita apenas pela Família 2; Utilização de cartões de crédito de terceiros, feita pela Família 1 e pela Família 3; e Utilização de cartões de crédito por terceiros, feita pela Família 2.

1. Utilização de cartões de crédito próprios.

Apenas a participante da Família 2 possuía cartões de crédito, sendo dois de lojas e um externo. Sobre um dos cartões de uma loja específica, a participante afirmou que seu limite excede R\$2.000,00, uma vez que já é cliente desta loja há cerca de 23 anos:

A participante utilizou seus cartões de crédito para adquirir bens que provavelmente estariam inacessíveis se fosse considerada a disponibilidade de parte da renda mensal da família para que a compra pudesse ser realizada à vista, como um sofá, dois guarda-roupas e uma bateadeira. A percepção da participante também segue nessa direção ao afirmar:

Às vezes, que eu vou tirar, a gente tira, né? Toalha essas coisas que... a gente pobre tem que tirar tudo à prestação. (Inês - Família 2)

De acordo com a fala da participante, mesmo bens mais baratos e de uso mais cotidiano como toalhas e lençóis são comprados à prazo, por conta da sua situação econômica. Além do mais, a participante também ressalta a necessidade de autocontrole para que suas dívidas não excedam os limites de sua renda mensal:

Olha, eu tô pagando, que eu tirei umas toalhas e uns lençóis pra cama assim. É 15 reais. 15,80 por parcela. É quatro parcelas que eu tirei. Porque eu não extrapolo também, né, eu vou... (Inês - Família 2)

2. Utilização de cartões de crédito de terceiros.

Apesar de terem sido encontradas falas que remetiam a situações nas quais a participante utilizava cartões de crédito próprios ou até mesmo emprestava seus cartões para outras pessoas, a principal forma de utilizarem cartões de crédito foi emprestando de outras pessoas.

Os bens adquiridos e as pessoas que emprestaram os cartões às participantes foram: uma geladeira, cujo cartão foi emprestado por uma amiga da participante residente em Belém, na Família 1; sapatos, cujo cartão foi emprestado por um amigo da mãe da participante, um celular, cujo cartão foi emprestado por uma moradora da comunidade, e um motor, cujo crédito foi emprestado pela filha de uma amiga da participante, na Família 3. Na Família 4 ocorreu uma situação na qual a participante manifestou o interesse de adquirir um eletrodoméstico, porém sua sogra, que lhe cederia o crédito, não possibilitou a compra:

Eu pedi pra minha sogra tirar uma máquina de lavar pra mim, mas ela não tirou. (...) Como ela é aposentada, ela poderia tirar. Mas só que ela disse que não dava pra ela, não sei o que... Aí, lavo na mão mesmo. (Mariana - Família 4)

3. Utilização de cartões de crédito por terceiros.

Na Família 2, na qual a participante possuía três cartões de crédito, a mesma emprestava seus cartões para outras pessoas, geralmente para as cunhadas, irmãs de seu marido. Quando questionada sobre a pontualidade do pagamento das dívidas, ou seja, se as pessoas realizavam o pagamento das dívidas na data exata, a participante respondeu o seguinte:

Elas pagam direitinho. Aí, olha, hoje eu até levei... ontem que ela queria que eu tirasse pra ela um fogão, né? E um celular pro neto dela. Aí, é assim, eu tiro mais pra eles do que mesmo pra mim, assim. Mas pagam direitinho sim. (Inês - Família 2)

De acordo com Guimarães e Neto (2002), o crédito pode ser entendido como a capacidade de uma pessoa obter dinheiro, produtos ou serviços com o compromisso de pagamento num determinado período de tempo. Uma das formas que conferiu praticidade à

utilização deste crédito foi a criação do cartão de crédito. O mercado de cartões de pagamento (débito e crédito) vem crescendo exponencialmente no Brasil. De acordo com a Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs), o número de transações saltou de 0,9 para 3,6 bilhões entre 2000 e 2006. No mesmo período, o valor transacionado passou de R\$ 59 bilhões para R\$ 221 bilhões. Esses valores significam crescimento anual médio da ordem de 25%, tanto para a quantidade de transações, quanto para o seu valor (Freitas, 2007).

Uma vez que a utilização de cartões é um fenômeno eminentemente urbano, nota-se novamente a influência da proximidade com o centro urbano de Belém como um fator importante na organização econômica das famílias ribeirinhas da ilha do Combú.

Dívidas (contas) em estabelecimentos comerciais.

Na Família 1 e na Família 2, em alguns momentos as participantes falaram sobre a compra de alimentos em estabelecimentos comerciais para pagamento posterior. Na Família 2 as situações em que era necessário comprar alimentos desta forma aconteceram somente no passado, antes da família ser inserida no PBF. Na Família 1, quando a participante foi questionada acerca do que fazia quando acabava a comida na sua casa antes de ser inserida no Programa Bolsa Família, a resposta foi semelhante. Porém, nesta família quando essa situação acontecia na atualidade, a participante respondeu o seguinte:

Eu pego fiado. Tem uma taberna lá em Belém que a gente tira. Ele vai lá, ele tira fiado. Aí, a gente paga final de semana. Quando falta, aí, agora, a gente tem onde tirar lá em Belém. Ele conversou com o menino lá e disse, né, pra quando faltar assim as coisas, a gente pega e paga no final de semana. A gente tira e lá a gente paga. Ou final de semana ou por mês. É assim. Que a gente faz. (Noêmia - Família 1)

As principais compras realizadas deste modo eram relacionadas à alimentação da família, ou seja, bens de consumo imediato. Tanto o dinheiro proveniente do trabalho do marido quanto o dinheiro do benefício do Programa Bolsa Família eram utilizados para o pagamento destas dívidas.

Energia elétrica.

A energia elétrica na comunidade é um serviço que passou a ser oferecido por uma concessionária estadual a partir de julho de 2011. A percepção das participantes acerca deste serviço concentra-se em dois polos: a qualidade do serviço ofertado e sua importância para o bem-estar da família.

Com relação ao serviço de energia elétrica prestado pela fornecedora estadual, houve muitas reclamações das participantes. O primeiro problema apontado foi a ampla variação dos valores cobrados, o que propiciava uma sensação de falta de controle para a cobrança do serviço. Outra reclamação dizia respeito à frequência da cobrança, sendo que as participantes da Família 1 e da Família 2 afirmaram que houve períodos em que a conta de energia elétrica não chegou em suas residências, possivelmente devido ao fato de a fatura não ser entregue diretamente aos usuários:

Porque fica rolando na mão de um, na mão de outro. Aí, até chegar aqui em casa...
(Noêmia - Família 1)

Além desta reclamação, a participante da Família 1 ainda afirmou que o serviço de contagem dos marcadores de energia elétrica realizado pelos funcionários da concessionária era ruim e esse era um dos elementos que ocasionava a desorganização e grande variação do valor cobrado pelo serviço.

Com relação às atitudes tomadas pelas participantes e por seus familiares contra essa situação, a participante relatou o seguinte, após a chegada de uma fatura no valor de R\$710,00:

Aí, o meu marido foi lá na Celpa, falou, conversou. Aí, foi que eles pegaram, cancelaram, aí já veio outro. (...) Aí, quando veio esse papel, aí falaram que era iluminação pública. Só que a gente não paga aqui, porque não tem como. Iluminação pública é nossa mesmo, que a gente põe as lâmpadas na frente da casa, né? Aí, ele foi, até que cancelaram (Inês - Família 2)

Outro elemento que surgiu durante as entrevistas foi a aparente insatisfação com o fato de outras pessoas realizarem ligações elétricas clandestinas e conseqüentemente pagarem menos pelo serviço, enquanto a participante pagava bem mais:

Isso que, eu não sei se por aí tem ‘gato’, porque aqui nós não fizemos isso. Porque ali, olha, o meu sogro tem geladeira, tem ventilador, tem bomba d’água, que puxa pra caramba, máquina de lavar, e lá vem 11 reais. E aqui a gente só tem a geladeira, né, a televisão, que a gente consome aqui, e vem 86... (Mariana - Família 4)

Com relação à relevância deste serviço para a qualidade de vida das famílias, a energia elétrica foi considerada muito importante por possibilitar a aquisição de eletrodomésticos, principalmente a geladeira. Ao ser questionada sobre o tema, a participante da Família 2 afirmou o seguinte:

Eu não tinha, né, porque a gente não tinha energia, né? (...) Agora, através da energia a gente já pode já, comprar uma geladeira, né, que tem a geladeira já. (Inês - Família 2)

A importância primordial de adquirir a geladeira foi a possibilidade de manutenção de alimentos, que atualmente são comprados com mais planejamento:

Aí, agora tem a geladeira, eu compro comida, a gente bota na geladeira. (...) A gente bota na geladeira pra não faltar pra eles, que sempre tem que ter na hora certa pra eles. (Noêmia - Família 1)

Participação no benefício do INCRA.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma autarquia federal criada em 1970, com o objetivo prioritário de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Para alcançar tais objetivos, o INCRA disponibiliza e executa programas, sendo um deles o Crédito Instalação (INCRA, 2013).

O Crédito Instalação consiste no provimento de recursos financeiros, sob a forma de concessão de crédito, aos beneficiários da reforma agrária, visando suprir as necessidades básicas, fortalecer as atividades produtivas, desenvolver os projetos, auxiliar na construção de unidades habitacionais e atender necessidades hídricas das famílias dos projetos de assentamento. Este benefício é concedido nas seguintes modalidades:

- Apoio Inicial (R\$3.200,00 por família);
- Apoio Mulher (R\$2.400,00 por família);

- Aquisição de Materiais de Construção (R\$15.000,00 por família);
- Fomento (R\$3.200,00 por família);
- Adicional Fomento (R\$3.200,00 por família);
- Semiárido (até R\$2.000,00 por família);
- Recuperação/Materiais de Construção (até R\$8.000,00 por família)
- Crédito Ambiental (R\$2.400,00 por família).

De acordo com o INCRA, a aplicação dos recursos é realizada com a participação das associações ou representantes dos assentados, orientadas pela Assessoria Técnica na escolha e no recebimento dos produtos. O pagamento das aquisições é feito diretamente ao fornecedor - mercados locais, lojas de material de construção e de implementos agrícolas.

Durante as entrevistas, a existência do benefício do INCRA foi um tema recorrente e de suma importância para as participantes, sendo que foram feitas referências explícitas apenas às modalidades de “Aquisição de Materiais de Materiais de Construção” e “Fomento”.

A participante da Família 1 encontrou problemas durante a inscrição no benefício, por falhas da pessoa responsável pelo cadastro dos moradores e não recebeu nenhum benefício, porém demonstrou saber de seu funcionamento. A Família 2 recebeu o benefício relativo à aquisição da residência, sendo que a nova moradia foi doada para a filha mais velha. Esta família também recebeu o benefício do fomento e adquiriu bens como uma caixa d’água, uma bomba d’água e um botijão de gás. A Família 3 morava na residência concedida pelo programa e também recebeu o benefício do fomento, com o qual adquiriu uma geladeira, um fogão, uma caixa d’água, uma bomba d’água, um botijão de gás e alguns instrumentos para a coleta do açaí. Por fim, a Família 4 estava à espera do benefício da residência, porém já havia recebido o fomento, com o qual adquiriu um motor para barco, uma máquina de extrair o suco do açaí, uma bacia de alumínio e outros instrumentos para a pesca.

Considerações preliminares sobre as características das famílias

Com relação aos aspectos estruturais e socioeconômicos das famílias ribeirinhas investigadas, é possível tecer considerações sobre a forma como organizam seu orçamento e a participação da renda do benefício do PBF neste orçamento.

Um primeiro aspecto que se destaca é a eminente participação da renda proveniente do PBF no orçamento familiar total. Nas Famílias 1, 3 e 4, a percentagem da participação da renda do benefício foi de 37%, 12% e 50% respectivamente. Nestas famílias, esta era a única alternativa à renda proveniente do trabalho do marido, sendo também a mais estável. Na Família 2, a participante realizava serviços como cabeleireira e manicure, sendo que a mesma era responsável por administrar a renda obtida através destes serviços e a renda do benefício, o que correspondia a 28% do orçamento total. A estabilidade da renda do PBF ocasiona situações como as relatadas por Rosinke et al. (2011), nas quais a participação no programa serve como comprovante de renda na abertura de crédito em estabelecimentos no município de SINOP, em Mato Grosso.

Com relação aos principais destinos das rendas, a renda do marido foi prioritariamente utilizada para garantir a subsistência das famílias, de modo que foi despendida para gastos com alimentação, aquisição de móveis e eletrodomésticos e pagamento de contas como água, energia elétrica, gás e combustível para os barcos. Quando questionadas acerca do destino do dinheiro do PBF, todas as participantes afirmaram gastar com despesas que favorecessem diretamente as crianças, o que é uma característica comum acerca da percepção das beneficiárias sobre a quem pertence de fato o benefício (Kooreman, 2000; Pires, 2012). Deste modo, foram relatados gastos com material escolar, roupas e artigos de perfumaria em todas as famílias. As participantes das Famílias 1 e 4 relataram utilizar o dinheiro para a compra de alimentos, sendo que tal compra foi realizada apenas quando o marido não possuía dinheiro para esta despesa. As Famílias 1, 2 e 3 relataram também utilizar o dinheiro para adquirir móveis e eletrodomésticos.

Outro destino para o dinheiro do PBF presente nas Famílias 1, 2 e 3 foi a poupança. Apenas na Família 4, na qual o dinheiro do benefício era utilizado para as despesas mais básicas, como a compra de alimentos, não houve referência ao comportamento de poupar. De acordo com Lunt (1996), os cenários urbanos caracterizam-se por um clima para o mercado de consumo, marcado pelo aumento da responsabilidade individual para a segurança em oposição a métodos coletivos, e da incerteza sobre os riscos que o indivíduo enfrenta no presente e no futuro. Uma vez que o comportamento de poupar está relacionado à forma como os indivíduos lidam com as incertezas do futuro (Warneryd, 1989), os cenários urbanos predisõem a poupança. A percepção deste cenário de incerteza é visível no momento em que as participantes afirmam que geralmente guardam dinheiro para que possam estar prevenidas contra eventualidades futuras.

Em geral, o dinheiro poupado era o dinheiro proveniente do benefício, já que o destino do dinheiro do marido era o suprimento das necessidades básicas. Apenas na Família 3 foi relatada uma situação na qual o marido poupou seu próprio dinheiro visando à aquisição de um motor de barco. Assim, de modo geral, a participação no benefício do PBF proporcionou às famílias uma sensação de maior segurança frente a adversidades futuras, pois a renda pode funcionar como uma garantia contra problemas que venham a surgir.

Outro elemento que propiciou maior qualidade de vida às participantes foi a prestação de serviços de energia elétrica por uma subsidiária estatal. Apesar da má qualidade do serviço relatada pelas participantes, o que as mesmas justificaram pela cobrança indevida e irregular, além da inexistência de critérios claros sobre como ocorre a medição, a energia elétrica é um bem que também proporciona maior segurança e capacidade de planejamento dos gastos para as famílias, devido à possibilidade de compra e manutenção de alimentos por mais tempo. De acordo com Piperata et al. (2011), a energia elétrica é um dos elementos que proporcionou grandes mudanças no estilo de vida de ribeirinhos da Amazônia em um período de sete anos, juntamente com a participação no PBF e a aquisição de barco motorizado.

A participação em benefícios públicos também se mostra fundamental nesta comunidade quando se trata do benefício oferecido pelo INCRA, que proporcionou ganhos estruturais na qualidade de vida das famílias, seja através da construção de moradias seja através do fomento para a compra de instrumentos de trabalho, móveis e eletrodomésticos. Todas as famílias entrevistadas participavam ou buscavam participar do benefício e na Família 4, na qual não houve o relato da aquisição de nenhum bem utilizando o dinheiro do PBF ou do trabalho do marido, houve a aquisição de instrumentos de trabalho com o fomento fornecido pelo INCRA.

Por fim, existe uma preponderância do valor da rede social para a sobrevivência e o bem-estar das famílias entrevistadas. A fim de compreender esta importância é necessário atentar primeiramente para os conceitos de fatores de risco e de proteção presentes no contexto investigado. De acordo com Poletto e Koller (2008), “fatores de risco relacionam-se com eventos negativos de vida e, quando presentes, aumentam a probabilidade de a pessoa apresentar problemas físicos, sociais ou emocionais.” (p. 409). Seguindo esta perspectiva, a pobreza é um fator de risco para o desenvolvimento sadio dos membros familiares neste contexto, pois a ausência de dinheiro e de serviços públicos de qualidade pode limitar o desenvolvimento sadio das crianças e de outras pessoas do grupo familiar.

A fim de minimizar os efeitos da falta de dinheiro, as participantes utilizaram estratégias que viabilizaram a aquisição de bens para a família e o bem-estar geral. Tais estratégias são a divisão do trabalho (com membros que não pertencem à família ou que não pertencem ao núcleo familiar), o empréstimo de cartões de crédito de outras pessoas e a abertura de “contas” em estabelecimentos específicos.

Um dos elementos tradicionais encontrados nesta comunidade ribeirinha é a divisão do trabalho familiar de acordo com o gênero, de modo que as mulheres são responsáveis pelas tarefas domésticas e os homens pelo trabalho executado fora da casa e que rende monetariamente

para a família, semelhante ao que ocorre em outras comunidades ribeirinhas (Reis et al., 2012; Silva, Pontes, Santos, et al, 2010; Silva, Pontes, Lima & Maluschke, 2010).

Porém, nas famílias 2, 3 e 4 foram encontradas situações nas quais o trabalho de extração do açaí era dividido com outras pessoas da família que não faziam parte do núcleo familiar, como os sogros (Famílias 2 e 4) e os filhos que já não moravam com os pais (Família 3). Esta situação remete às características próprias da comunidade, formada eminentemente por familiares, sejam dos maridos ou das esposas. Sendo assim, a rede familiar extensa, ou seja, familiares que não pertencem ao núcleo, tornam-se suporte para o sustento de seus parentes.

Nas Famílias 2 e 4 foram encontradas ainda situações nas quais havia uma divisão do trabalho com pessoas que não eram da família e eram remuneradas para retirarem açaí juntamente com os maridos das participantes. Esta “terceirização” do trabalho de extração do açaí é um fenômeno que remete à forma encontrada pelos maridos para poupar esforços físicos na extração do açaí, sendo este um fenômeno eminentemente urbano, que pode ser reflexo das proximidades com o centro de Belém.

Outra estratégia econômica que garante a melhoria na qualidade de vida das famílias é a utilização de cartões de crédito. Porém, uma vez que apenas a participante da Família 2 possuía este tipo de cartão, geralmente as participantes emprestavam-nos de outras pessoas a fim de adquirir bens que melhorassem a qualidade de vida de suas famílias. Certamente, sem a utilização desta estratégia, as famílias estariam impossibilitadas de adquirir tais bens, haja vista a burocracia necessária para adquirir crédito em estabelecimentos.

Uma forma de obter este crédito é recorrendo à abertura de “contas” em estabelecimentos específicos. Geralmente, estas contas são abertas em mercadinhos ou armazéns pequenos ou médios e esta estratégia foi relatada pelas Famílias 1 e 2, sendo utilizada nos momentos em que a família não possuía dinheiro para a aquisição de alimentos.

Note-se que tanto o empréstimo de cartões de crédito quanto a abertura de contas em estabelecimentos de pequeno porte são estratégias que beneficiam as famílias baseadas em relações pessoais, pois não há garantia contratual de que as dívidas sejam sanadas com pontualidade. Desta forma, considera-se que este apoio prestado por pessoas com quem as participantes estabeleceram relações de confiança é um fator de proteção para o desenvolvimento dos membros familiares, já que possibilita a sobrevivência e uma melhor qualidade de vida.

Percepção das beneficiárias

Além das questões econômicas presentes nas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família residentes na Ilha do Combú, este estudo buscou ainda compreender a percepção das mães beneficiárias acerca do PBF. De acordo com Lunt (1996), a compreensão econômica de uma situação deve passar pela percepção que as pessoas têm desta mesma situação.

Após a análise das entrevistas, surgiram seis temas principais: Percepção geral sobre o PBF; Empoderamento das beneficiárias; Condicionalidades; Renda do marido antes e após o PBF; Frequência dos gastos antes e após o PBF; Suprimento das necessidades antes e após o PBF. Os três últimos temas apresentam uma dimensão temporal intrínseca, pois estão relacionados às mudanças ocorridas na família após a inserção no PBF.

Percepção geral sobre o PBF.

Esta categoria trata da percepção geral das participantes acerca do Programa Bolsa Família. São expressos os valores associados ao programa e a forma como é visto pelas beneficiárias.

Quando se trata do valor agregado ao Programa Bolsa Família, houve algumas percepções semelhantes entre as participantes. Em primeiro lugar, todas atribuíram adjetivos positivos quando questionadas acerca de sua opinião geral sobre o Programa Bolsa Família:

Eu acho muito importante esse negócio do Bolsa Família que veio pra gente. Acho muito importante mesmo. Eu acho que o que eu tenho pra falar é isso. Eu acho muito bom mesmo essa ajuda que veio. Eu acho muito bom. (Noêmia - Família 1)

Ah, pra mim, eu acho muito bom assim. (Inês - Família 2)

Tudo. (risos). Não, é bom. (...) Eu gosto do Bolsa. Eu acho que foi uma coisa boa que fizeram pra gente. O Bolsa Família. (Débora - Família 3)

Um fator que se destacou nas falas das participantes foi a melhoria de sua condição de vida por conta da inserção do Programa Bolsa Família em sua renda:

Agora, melhorou muito. Depois que eu recebi o Bolsa Família melhorou muito. Agora é difícil assim faltar as coisas. Melhorou bastante. (Noêmia - Família 1)

E pra mim, melhorou muito porque na época mesmo, eu não tinha renda, porque eu não trabalhava fora assim. (...) Então pra mim, melhorou bastante o Bolsa por causa disso. Porque através mesmo dele, a gente consegue muita coisa. (Inês - Família 2)

Observa-se que logo após afirmarem que sua vida melhorou, as participantes deram justificativas para suas percepções. Uma delas foi o fato de ter diminuído a frequência da falta de alimentos em sua família. Outro argumento é que a melhora ocorreu porque antes da entrada no PBF, a participante não possuía renda. E, por fim, através do PBF foi possível obter muitas coisas.

Outra característica agregada à renda do Programa Bolsa Família foi que todas as participantes consideraram o benefício como uma ajuda importante ao seu orçamento familiar:

Olha, representa uma ajuda muito grande, né? Pra mim, assim... (...) Dá uma ajuda pra gente. (Noêmia - Família 1)

Ah, pra mim, eu acho muito bom assim, porque é uma coisa que ajudou muito, né, na família. (...) Mas já ajuda muito. Ajuda tanto, favorece muito pra gente. (Inês - Família 2)

Eu gosto de ter porque me ajuda muito. (Débora - Família 3)

As participantes concebem o benefício do Programa Bolsa Família como um complemento à sua renda familiar, sendo, portanto, a renda proveniente do trabalho do marido a principal fonte de subsistência da família.

Outro elemento ressaltado na fala das participantes foi a relação do benefício com a existência de um local que viabilize o desenvolvimento dos beneficiários: o Centro de Referência em Assistência Social – CRAS:

Ele dá os curso pelos CRAS, né? (...) Eles oferecem muito, como é que se diz, eles oferecem um estudo pras crianças... até negócio de trabalho, se quiser estudar, se formar logo, por aí, pelo... tem muita coisa aí... pelo CRAS, assim, que ofereçam pras crianças. (Noêmia - Família 1)

De acordo com as diretrizes do Programa Bolsa Família, são necessárias ações complementares para que os beneficiários de fato sejam retirados da situação de pobreza e vulnerabilidade na qual se encontram. Deste modo, a percepção de que existem iniciativas que visam à melhoria na formação educativa e capacitação para o mercado de trabalho denota que a

participante entende a relevância de tais atividades para que haja de fato uma mudança em sua qualidade de vida e na de seus filhos. Porém, nenhuma das participantes afirmou espontaneamente participar de tais atividades oferecidas pelo CRAS.

Outro tema ao qual foi conferida bastante importância foi a reafirmação constante de que o benefício é exclusivo das crianças e de suas mães:

Eu compro as coisas deles. Primeiro as coisas deles. (...) Aí, eu recebo e tiro logo o deles (...) Aí eu compro, eu faço umas comprinhas pra eles. (...) Essas coisas eu compro pra eles. (Noêmia - Família 1)

Eu compro as coisas pra mim com ele [filho]. No caso é só de nós dois. Só nós dois que usamos. (Débora - Família 3)

Aí eu compro o que eles tão precisando, né? (...) Aí quando eu vou receber, eu já levo eles. Pra comprar o que eles tão precisando, né? (Mariana - Família 4)

De acordo com Pires (2012), o benefício obtido através do Programa Bolsa Família é revestido de uma forte moralidade, de modo que as beneficiárias frequentemente concebem formas certas e erradas de gastá-lo. Neste estudo, as formas corretas são associadas aos gastos exclusivamente realizados com os filhos, visto que as mães percebem que eles são os principais beneficiários. Acompanhando as crianças, as mães também sentem-se beneficiadas, provavelmente devido ao fato de terem seu nome inscrito no cartão do programa.

Ainda quando questionadas acerca da sua percepção geral sobre o Programa Bolsa Família, outro elemento que surgiu nas respostas foi a possibilidade de compras de bens pela família:

Aí, quer dizer, não tem? Mas, poxa... Mas aí, de repente, até mesmo se a gente tem uma prestação pra gente pagar, uma prestação assim, de uma coisa de necessidade, de casa mesmo... Aí, às vezes não tem aquele dinheiro que coisa, quer dizer que a gente já tem um dinheiro que é certo, né? Aí, já dá pelo menos pra gente tirar ou a metade, alguma coisa. (Inês - Família 2)

Na fala de Inês, percebe-se ainda que o dinheiro proveniente do benefício é considerado um dinheiro fixo, do qual é permitido fazer planos para que seja gasto. Pode-se notar a maior sensação de estabilidade e de controle financeiro da participante pela referência à possibilidade

de efetuar compras a prazo e ter garantia de que conseguirá pagar sua dívida, pois possui uma renda fixa, que é o benefício do PBF. Esta segurança também pode ser notada na fala de outra participante ao vislumbrar a possibilidade de adquirir bens com o dinheiro do PBF, caso guardasse o dinheiro:

Que se eu bem pensasse, a gente tinha bem as coisas aqui em casa. Se eu guardasse o dinheiro e pegasse, por exemplo, guardasse dois meses, (...) já dava pra eu comprar uma coisa melhor pra ele. (Débora - Família 3)

No que diz respeito à obtenção de bens, como móveis e eletrodomésticos, após a entrada no benefício do PBF, as participantes responderam o seguinte:

Olha, eu tinha só um colchão, né? Depois que eu recebi o Bolsa Família, eu comprei mais um. Os meninos dormiam tudo um por cima do outro. Aí, eu comprei um colchão, aí ganhei um da minha irmã. Aí, a gente tem três colchões. Aí, televisão, eu comprei uma pequena e ganhei uma também da minha colega lá em Belém. (...) Antes do Bolsa Família não tinha. A gente tinha uma pequenininha porque era bateria, né? Daquelas de bateria que não tinha energia. (Noêmia - Família 1)

A televisão e o DVD. Eu não tinha. (Débora - Família 3)

As respostas das participantes da Família 1 e da Família 3 fizeram referência a bens utilizados por vários membros da família, como os aparelhos de televisão e de DVD. O outro bem adquirido foi um colchão, de grande utilidade por possibilitar mais conforto para todos os membros da família, já que antes as crianças dormiam juntas em um único colchão. Na Família 2, o dinheiro do benefício do PBF foi utilizado para a compra de um guarda-roupa para a criança.

Rosinke et al. (2011) observaram um aumento na aquisição de alguns eletrodomésticos, como freezer, micro-ondas e aparelhos de celular após a inserção das famílias no PBF. Este aumento na aquisição de bens deve-se ao fato de o benefício servir como uma fonte de renda fixa, visto pelo comércio local como forma de comprovação de renda, já que a maioria dos trabalhadores atuava no mercado informal. Na comunidade da ilha do Combú, foram adquiridos bens mais básicos, como um colchão e um guarda-roupa, o que pode ser característico de sua condição de extrema pobreza.

Outra mudança percebida pelas participantes foi a maior variedade nos alimentos

comprados após a inserção da família no PBF:

Eu compro café, açúcar, leite, bolacha, eu compro os sucos. Antes não dava pra comprar as coisas deles que tinha que comprar só a comida, né? Aí, não dava pra comprar negócio de danone, suco pra eles que eles gostam muito. Na merenda tem que ter. Negócio de suco, refrigerante... Aí, eu compro biscoito, bolacha. Aí tem. Antes não dava pra comprar isso. ‘Ah, meu filho, só dá pra comprar comida e mal. Não tem jeito. Não dá pra comprar.’ Agora não. (Noêmia - Família 1)

Ah, eu compro feijão, arroz, macarrão, comida. Aí, sabão em pó. (...) Queijo e presunto que eu gosto, a gente gosta. Eu e o Johnatan. O Ian que não gosta muito dessas coisas. (...) Aí, danone, essas coisa pra ele. Criança gosta. Danone, todinho, o que ele pede. Eu compro. (Débora - Família 3)

Além das participantes utilizarem o dinheiro do benefício do PBF para a compra de alimentos básicos para o sustento da família, houve também maior diversidade de consumo de alimentos, como iogurtes, achocolatados, queijo, presunto, biscoitos, sucos e refrigerantes. Porém, tal mudança alimentar pode trazer consequências como sobrepeso e obesidade para a população de baixa renda (Silva, 2011).

Outro tema que se destacou durante as entrevistas foi o consumo de artigos de perfumaria, que não ocorria ou não era priorizado antes da participação no PBF:

Aí, eu compro a fralda da Iasmin, talco, creme pra eles. Sabonete, pasta, aí assim. (...) Agora eu compro as coisas deles tudinho, direitinho. Negócio de perfume, creme era difícil eles usarem, que eles gostam, que não podiam ficar sem creme. Aí, agora não. (Noêmia - Família 1)

Aí, um perfume. Aí, ele diz assim mesmo: ‘Ah, eu quero um perfume. Olha a tia Rosana já trouxe o perfume e o desodorante’. Eu digo: ‘Então vai lá’. Aí, eu já dou pra ele. Também já paga ali a tia dele. É assim. (Inês - Família 2)

As mães utilizam geralmente o dinheiro proveniente do benefício do PBF para comprar produtos como shampoos, cremes e perfumes para as crianças beneficiárias. No entanto, na Família 2 a participante enfatizou que também utiliza a renda de seu trabalho para estes gastos:

Aí, quer um perfume, um desodorante, eu compro também do meu dinheiro. Assim, eu vou comprando também. Não é só da Bolsa, eu compro do meu dinheiro, dou pra ele. O pai dele mesmo, não dá pra dizer assim que ele dê assim pra ele comprar, não. É desse dinheiro aqui que a gente compra. Do meu que eu trabalho e da Bolsa dele. (Inês - Família 2)

Empoderamento das beneficiárias

De acordo com a literatura, o Programa Bolsa Família possibilitou maior empoderamento das mães beneficiárias, seja em termos individuais, familiares ou comunitários (Moreira, Ferreira, Lima, & Ckagnazaroff, 2012). Durante as entrevistas, foi possível depreender momentos em que ficou evidente tal empoderamento. Por exemplo, ao serem questionadas acerca de sua renda geral antes da participação no Programa Bolsa Família, todas as participantes consideraram que não possuíam renda:

Eu não tinha renda. Eu trabalhava só em casa mesmo, assim. Não tinha nada assim.... E pra mim, melhorou muito porque na época mesmo, eu não tinha renda, porque eu não trabalhava fora assim. (Inês - Família 2)

Eu, em particular, não ganhava nada. (risos) Só o que o Ian me dava no caso. (silêncio). (Débora - Família 3)

Eu não recebia... Quem recebia era ele, né, que trabalhava... Eu num recebia nada, ele que trabalhava, aí ele vendia... era com açaí também. (Noêmia - Família 1)

Note-se que a pergunta realizada fazia referência à renda total da família e não apenas à renda específica das participantes. Ainda assim, todas interpretaram a questão afirmando não possuir renda. As respostas, então, denotam que as mesmas não percebem a renda proveniente do trabalho dos maridos como uma renda que lhes pertença. Além do mais, quando questionadas acerca de quem são as pessoas que controlam o dinheiro total da família, as respostas foram as seguintes:

É eu e ele. (Noêmia - Família 1)

Eu controlo o meu e ele controla o que ele trabalha, né? (Inês - Família 2)

Nós dois. (Débora - Família 3)

É ele. Só o dinheiro do Bolsa que ele não vê. (Mariana - Família 4)

Todas as participantes afirmaram que o dinheiro total obtido pela família é controlado tanto pelo marido como pela esposa. Possivelmente, este fato ocorre pela existência de uma renda percebida como pertencendo à esposa, que é o benefício do PBF, pois quando

questionadas acerca do controle sobre o dinheiro proveniente do trabalho do marido, as respostas foram as seguintes:

Ele pega, ele me dá, às vezes, o dinheiro. Aí, eu guardo. Às vezes ele me dá e eu mesmo vou a Belém, faço as compras, aí venho. Aí é eu e ele. (Noêmia - Família 1)

Pesquisadora: Os dois controlam? Esse dinheiro que ele ganha do açaí, ele faz as compras ou ele te dá pra ti poder comprar?

Débora: Não. Ele que faz.

Pesquisadora: Quando ele vem de lá, ele já traz as coisas.

Débora: É. Ele já traz. (Família 3)

Nota-se, a partir das respostas, que o marido possui eminente controle sobre seu próprio dinheiro e conseqüentemente existe uma divisão com relação a esse controle de acordo com a fonte da qual provenha.

De acordo com o estudo de Pires (2012), o dinheiro obtido através do benefício do Programa Bolsa Família é visto como pertencente à esposa, ou seja, eminentemente feminino. Além do mais, a esse dinheiro foi agregado um forte valor moral, sendo que há formas certas e erradas de gastá-lo. Uma vez que esta renda é gasta pela mãe, esta detém maior poder de decisão sobre os gastos e maior controle sobre a situação econômica de sua família.

Condicionalidades.

Esta categoria trata das percepções das beneficiárias relacionadas às condicionalidades exigidas pelo PBF para que a família tenha direito a receber o benefício. Tais condicionalidades concentram-se nas áreas da educação, saúde e assistência social. Uma vez que nenhuma criança participava do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), serão abordadas apenas as percepções das participantes acerca das áreas de educação e de saúde.

Educação.

Com relação à área da educação, a percepção das participantes estava relacionada a três temas: gastos escolares, perspectivas para o futuro e percepção da educação formal.

Gastos escolares

Apesar de a maior parte do material escolar necessário aos filhos ser fornecido pela prefeitura, as mães relataram gastos relacionados à escola. Um dos motivos para estes gastos foi a percepção de que o material fornecido pela prefeitura não seria tão bom quanto o material comprado:

Material é o que eu gasto. Aí pra eles negócio de caderno, que eu compro também. Agora o Iago até tem um caderno que ele ganhou um na escola, daquele da prefeitura, né? Aí, eu falei: ‘Olha, Iago, vai estudando com esse aí. Tá bonzinho ainda. Quando acabar esse daí, eu compro um bom, melhor pra ti.’ Aí, ele diz: ‘Ah, tá bom, mãe. Então, tá pra acabar o meu.’. Eu digo: ‘Pois é, quando acabar, eu compro um bom pra ti.’. Aí, é com isso que eu gasto o dinheiro deles. (Noêmia - Família 1)

A compra de material escolar pode ser vista como uma melhoria na qualidade da estrutura oferecida para as crianças estudarem. A participante da Família 1 também enfatizou que o fato da filha Lana estudar em Belém lhe traz mais gastos, pois:

Ela estuda pra Belém e lá em Belém eles pedem mais. (Noêmia - Família 1)

Outra fonte de gastos relacionada à escola são as festas e as comemorações nas quais os pais são solicitados a dar alguma contribuição. O benefício do PBF possibilitou que a mãe comprasse um artigo solicitado pela escola e desse dinheiro para os seus filhos participarem de um evento comemorativo. Deste modo, a participação no benefício facilitou a socialização das crianças.

Perspectivas para o futuro.

Durante as entrevistas, as participantes foram questionadas acerca das perspectivas de futuro que tinham para seus filhos. Para tanto, responderam à questão: “Como você imagina que será a vida do seu filho daqui a dez anos?”. As respostas remeteram a três temas: Estudos, Trabalho e Satisfação pessoal.

Com relação aos estudos, a participante da Família 1 afirmou o seguinte:

Olha, eu espero que ela termine os estudos dela, né? (...) Faça universidade. (Noêmia – Família 1)

Ao ser questionada acerca de suas perspectivas para o filho, a resposta foi a seguinte:

Mesma coisa. Que ele estude também. Termine o estudo dele. A minha vontade é que ele estude e siga o estudo dele. Não abandone. Porque a gente fala sempre pra ele: 'Olha, meu filho, estuda pra ti ser alguém na vida. Eu não estudei muito. Não sei quase nada. Mas eu quero que o que eu não aprendi, eu quero que vocês aprendam.' Eu falo pra eles. (Noêmia - Família 1)

As outras participantes fizeram as seguintes referências ao que esperam para seus filhos:

Eu imagino que ele já esteja numa série maior, né? Que já esteja até terminado o primeiro ano dele, o ano letivo dele, né? Porque até agora, né, ele gosta muito de estudar assim. Aí, pra mim, pelo menos, que o outro [filho] não quis, pelo menos eu espero que ele queira, né? Que é levar adiante os estudos dele. (Inês - Família 2)

Com 17 anos, já dá pra ele estar na faculdade, já. Quero que ele esteja estudando. Estar estudando. (Débora - Família 3)

Que ela esteja formada, né? (...) Arrumasse um emprego. Pagasse um curso. Ficasse formada, trabalhando e formada. (...) Que eles concluam tudo, né? 1o, 2o, 3o grau. Uma coisa que eu não consegui, mas eu quero assim pra eles. (Mariana - Família 4)

Todas as participantes expressaram a vontade de que seus filhos finalizem seus estudos, sendo que para algumas esta finalização significa formar-se no Ensino Superior e para outras no Ensino Médio. Outro elemento que se destacou nas respostas que envolviam os estudos é que as mães gostariam que os filhos continuassem os estudos, pois as mesmas não puderam fazer isso e a continuidade, para elas, significaria uma possibilidade de mudança na condição de sobrevivência atual.

Concomitante aos estudos havia a perspectiva de que os filhos trabalhassem. As mães expressaram a importância do emprego para que seus filhos pudessem conseguir independência, tanto pessoal quanto financeira:

E arrume um emprego, pra ela. Pra ela trabalhar, pra ela comprar as coisas dela. (Noêmia - Família 1)

Porque a gente pergunta pra ela. O que tu quer ser, Jane? Ela fala assim pra mim: 'Ah, mãe, quando eu tiver grande, eu vou trabalhar, que eu vou lhe dar tudo que a senhora quer.' Eu falo: 'É, tomara que quando tu estiver grande, tu queiras mesmo, trabalhar pra comprar não o que eu queira, mas o que tu queira, né'. Que não é todo tempo que a gente pode... (Mariana - Família 4)

Outro elemento que surgiu com relação ao trabalho a ser exercido pelos filhos foi o tipo de trabalho que as mães gostariam ou não que seus filhos realizassem:

Com alguma coisa boa, menos com açai. Eu acho muito ruim... Ir pra dentro do mato... Porque eu acho muito arriscado. Porque tem cobra pra dentro do mato. Aranha. Tem um bocado de bicho aí pra dentro. Aí, eu tenho medo dele ir. Dele, né? Como meu filho. Aí, eu queria que ele tivesse trabalhando assim. Fazendo alguma coisa, menos tirando açai. (Débora - Família 3)

Porque ele é assim. Ele diz: 'Ah, mãe, eu tô estudando porque eu quero ser do exército.' É o sonho dele. O que ele quer ser é do exército. Aí, eu falo pra ele: 'Mas por que tu escolheu essa profissão?' Que é uma profissão, né? Aí, ele diz assim: 'Ah, mãe, porque é bom.' Só que exército, polícia assim, não era uma coisa assim que me chamasse atenção dele ser. Mas ele quer, né? Fazer o que? (Mariana - Família 4)

Nas falas das participantes o trabalho foi enfatizado como algo que deve ocorrer apenas no futuro. Para Ferro e Kassouf (2005) a participação no PBF é um fator importante para a diminuição do trabalho infantil, sendo esta uma das metas principais na área de assistência social. De acordo com Jardim (2010), sem o benefício muitos pais precisam arranjar as mais diversas fontes de renda para sustentar sua família, sendo que a existência do benefício proporciona um rearranjo com relação às formas de obter dinheiro, impedindo que as crianças trabalhem para ajudar financeiramente suas famílias.

Por fim, outro tema que surgiu nas falas das mães foi o desejo de satisfação pessoal de suas filhas, sendo que esta satisfação não deve estar necessariamente atrelada ao casamento:

Mariana: Olha, com 20 anos, é assim, eu não queria que elas arrumassem marido cedo, né?

Milena: E quem disse que eu vou arrumar? Eu vou até ficar velhinha solteira.

Mariana: Eu falava isso também. (risos) Eu não queria que ela arrumasse marido cedo. Eu queria que ela cuidasse mais nela, entendeu? Arrumasse um emprego. Pagasse um curso. Ficasse formada, trabalhando e formada. Assim que eu imaginava ela, não com marido do lado e uma escadinha do outro. (risos). (Família 4)

Ela seguir, né, em frente, o caminho dela (...). Aí, escolha o que ela quer ser, né? Na vida. (Noêmia - Família 1)

A perspectiva de que suas filhas, especificamente, alcancem uma satisfação pessoal em suas vidas, sem que necessariamente casem expressa uma das características do contexto da pesquisa, que apresenta uma mistura de elementos tradicionais e contemporâneos. Assim, de

modo distinto ao que ocorre nos ambientes ribeirinhos mais tradicionais, nos quais a mulher possui um papel mais centrado na família e no ambiente doméstico (Silva, Pontes, Lima & Maluschke, 2010), nesta comunidade as mães esperam que suas filhas desenvolvam-se de modo autônomo e independente do casamento.

Percepção da educação formal.

Durante as entrevistas, as participantes ainda foram questionadas acerca de sua opinião sobre a importância da escolarização formal. As respostas remeteram ao aprendizado que a escola disponibiliza, às possibilidades de melhoria do futuro e uma resposta que remeteu ao valor social da escolarização.

Com relação à aprendizagem que a escola possibilita, as participantes relataram o seguinte:

Na escola eles aprendem muita coisa. Não tão por aí, pela rua, aprendendo o que não devem. Aprende muita coisa hoje na escola. (...) A ler, escrever. A ser educado. Na frente das pessoas. Não ser mal-educado, respondão. Eles aprendem a ser uma pessoa civilizada, né? (Noêmia - Família 1)

Lá eles aprendem coisa boa, né? Ler, escrever. É bom sim. (Mariana - Família 4)

Com relação à importância da educação para o futuro da criança, a participante da Família 2 relatou o seguinte:

Ah, é demais importante. Pra mim é a primeira coisa. Primeiro lugar pra mim de importância. (...) Porque através dos estudos que ele pode ter uma capacidade de no futuro ter uma coisa melhor pra ele, né? Um emprego melhor e uma melhoria de vida, né? Porque cada vez mais as coisas tão ficando mais difíceis. Então, eu acho que, pra ele mesmo, pra mim, eu acho que é muito importante que ele estude mesmo, que ele possa ter uma coisa assim sobre o estudo dele. Que ele possa se desenvolver mais. (Inês - Família 2)

Por fim, uma das falas que resumiu a importância da escolarização formal para a participante da Família 3 foi a seguinte:

Pra mim, uma pessoa sem estudo é mesmo que nada. (Débora - Família 3)

Saúde.

Nesta categoria foram agrupadas as falas das participantes acerca de situações relacionadas à condicionalidade de que gestantes, nutrizes e crianças de até sete anos realizem visitas regulares aos postos de saúde. Deste modo, os resultados dizem respeito à percepção das visitas ao posto de saúde e das visitas do técnico de saúde até a residência das famílias.

As consultas periódicas nos postos de saúde são uma das formas de controle da condicionalidade de saúde do PBF. Durante as entrevistas, a participante da Família 1 relatou o seguinte:

Eu levo todo mês [ao posto de saúde] essa daqui [Iasmin] porque ela faz controle. Aí, todo mês eu tô no posto. Aí, elas, só quando elas tão doentes mesmo que eu levo. (Noêmia - Família 1)

O posto de saúde atua ainda como um ponto de referência para as participantes da Família 1 e da Família 4 em casos de doença:

Eu levo lá no posto, dali, de saúde. Pego um remedinho pra eles. (Noêmia - Família 1)

Eu corro pro posto de saúde. Eu vou logo no posto de saúde porque às vezes, sempre quando acontece a gente não tem o remédio, a gente vai pra lá (...) (Mariana - Família 4)

Com relação às visitas do técnico de saúde à residência das participantes, as participantes relataram uma baixa frequência destas visitas nos últimos meses, porém conhecem as justificativas da agente de saúde da comunidade:

É a menina lá do Piriquitaquara que vinha, só que agora ela tá sem barco, faz tempo que ela não vem. (...) Esse ano ela ainda não veio ainda. Ela falou que ela tá sem barco. (Noêmia - Família 1)

Faz um bom tempo que ela não vem. (...) Ixi, tem mais de ano. Ela falou comigo, ela disse que tá sem embarcação pra vim. (Mariana - Família 4)

A área da saúde recebe uma atenção especial no Programa Bolsa Família, sendo alvo de condicionalidades importantes do programa. A visita aos postos de saúde a fim de que se realize o acompanhamento de gestantes, nutrizes e crianças é fundamental para que ocorra um desenvolvimento saudável dos beneficiários. De acordo com a percepção das beneficiárias, o

posto de saúde é um espaço de referência no caso de emergências e para o atendimento de crianças menores de um ano. Porém, não houve referência a um acompanhamento periódico de outras crianças que também são alvo de condicionalidades.

É necessário enfatizar que o verdadeiro rompimento com o ciclo da pobreza apenas ocorrerá com a prestação de serviços públicos de qualidade, que de fato atendam as necessidades dos cidadãos. À medida que o agente de saúde comunitário não realiza suas funções de acompanhamento das famílias por conta de falta de infraestrutura suficiente é pouco provável que as crianças tenham um desenvolvimento otimizado.

Renda do marido antes e após o PBF.

O trabalho realizado pelo marido na extração e venda do açaí é a principal fonte de renda da família. Entretanto, existe uma diferenciação entre a percepção sobre a importância desta renda antes da entrada no PBF e após a entrada da família no programa.

Antes da participação no PBF, a renda do marido era a única fonte de renda da família e era obtida quase exclusivamente pela extração do açaí. Deste modo, havia uma importância fundamental desta renda para as beneficiárias, o que pode ser notado na seguinte fala:

Tudo dependia dele, do meu esposo, do trabalho dele, porque tem o mato, daí que era a renda. (Inês - Família 2).

Uma vez que esta renda é oriunda de um trabalho informal, sujeito à sazonalidade e a disponibilidade dos frutos, provavelmente havia maior insegurança com relação a existência de uma renda que suprisse as necessidades da família. Quando questionadas acerca desta mesma renda após a entrada no Programa Bolsa Família, as esposas identificaram apenas aspectos do trabalho, como a quantidade de vezes que os mesmos iam vender o açaí por semana e o preço das rasas (quantidade específica de açaí, equivalente a um balde médio) de açaí vendidas. Porém, não houve mais nenhuma referência a uma exclusividade desta renda para a manutenção da família.

De acordo com Yin (2010), para compreender o sentido do que os participantes expressam, é necessário atentar também para as ausências de referências, através de frequentes comparações entre os casos. A ausência de uma referência à renda obtida pelo trabalho do marido como a única fonte de renda da família, com toda a importância atribuída a este fato, pode denotar que as participantes compreendem que após a entrada no PBF, houve uma mudança qualitativa no orçamento familiar e não apenas quantitativa.

As participantes demonstraram dificuldade em realizar um cálculo exato acerca da renda obtida em um mês. Esta dificuldade é derivada principalmente de dois fatores: a sazonalidade do açaí, que é a principal fonte de renda da família, e o fato da renda proveniente deste recurso ser obtida diariamente.

De acordo com suas próprias declarações, é difícil afirmar com precisão quanto seja a renda mensal, pois a extração do açaí obedece a ciclos sazonais de disponibilidade deste, de modo que a renda da família varia conforme o período seja de safra ou de entressafra:

Acho que o meu esposo recebe uns 500... uns 600 reais, eu acho. Isso porque é safra, né? (...) Porque assim, é tão variado que às vezes não tem nem uma coisa, assim, certo pra dizer assim. (Inês - Família 2)

Agora que terminou o açaí, tá um pouquinho devagar. (...) Tá devagar porque não é todo dia que a gente tem, né? Tem vezes que a gente não tem nem um real. (Mariana - Família 4)

O outro elemento que também dificulta a contabilidade mensal da renda é que o dinheiro obtido com o açaí é adquirido e muitas vezes gasto diariamente, de modo que o marido traz os alimentos e produtos necessários à família assim que obtém alguma renda.

Frequência dos gastos antes e após o PBF.

Como consequência da sazonalidade do açaí, um dos elementos de grande destaque na análise da percepção das mães beneficiárias do PBF é a diferença da frequência dos gastos realizados pela família. Com relação ao período anterior à entrada no programa, as mães relataram o seguinte:

Às vezes a gente guardava, né, pra fazer compra só no final de semana assim. Mas quando não tinha nada, a gente tinha que gastar todo dia. Todo dia que eu vendia e comprava, vendia e comprava. (...) Era mais difícil de guardar. Era só mesmo pra vender e comprar, vender e comprar. (Noêmia - Família 1)

De acordo com as participantes, as compras eram realizadas à medida que havia necessidade e dinheiro disponível, sendo geralmente feitas diariamente, conforme houvesse dinheiro para gastar. Uma das formas de amenizar essa situação foi apresentada pela Família 2, que afirmou que:

Era a mesma coisa, assim, porque a gente, às vezes não tinha o dinheiro todo dia, aí já tinha, já tirava no cartão. (...) Já tinha o cartão. Aí, tirava no cartão e parcelava. (Inês - Família 2)

Nota-se então que o cartão de crédito, bem como a abertura de contas em estabelecimentos específicos eram as estratégias econômicas utilizadas para adquirir bens necessários à sobrevivência da família.

Após a entrada no Programa Bolsa Família, as participantes relataram a diminuição da necessidade de compras diárias, sendo estas reservadas apenas para a compra de alimentos que perecem mais rápido, como as carnes. Os outros itens referentes à alimentação são comprados semanalmente, quinzenalmente ou mensalmente:

Agora eu faço compra, por exemplo, no sábado, eu faço. Aí, a gente passa uma semana, aí eu vou fazer já no outro sábado eu faço de novo compra. Aí, alguma coisinha que vai faltando, aí eu vou mandando comprar, entendeu? (...) Todo dia não. (Noêmia - Família 1)

A comida quase todo dia a gente compra. Agora as outras despesas é por mês. (...) Por mês mesmo. É, do mês. A gente vai, tira as despesas, assim, negócio de açúcar, arroz, né? Café. E até a comida mesmo a gente traz. (...) É, no caso, assim, as outras despesas que a gente faz, a gente faz em supermercado, né? Aí, já pra passar um mês ou quinze dias. (Inês - Família 2)

Agora dá. Tem vez que eu vou lá 3 vezes no mês. 2 vezes. Não é assim toda semana que eu vou lá comprar, não. Porque compra uma, duas vezes no mês, aí já fica. Que é só nós 3, a gente não gasta muito. Aí, depois ele fica só comprando. (Débora - Família 3)

Suprimento de necessidades antes e após o PBF.

Nesta categoria são apresentadas as percepções das participantes acerca da suficiência de sua renda familiar para o suprimento das necessidades básicas da família antes e após a entrada no Programa Bolsa Família.

Antes de receberem o benefício do PBF, as participantes da Família 1 e da Família 2 afirmaram o seguinte acerca da suficiência do dinheiro que a família adquiria:

Mais quando! Não dava nem... nem pra metade! Mais quando, não dava não! (Noêmia - Família 1)

Nem sempre, né? Mas aí, a gente ia... quebrando o galho aí. Faltava uma coisa daqui, outra dali, aí a gente já comprava aqui, assim aos poucos e assim a gente ia levando. (Inês - Família 2)

De acordo com as participantes, o dinheiro do orçamento familiar existente antes do Programa Bolsa Família não era suficiente para suprir as necessidades básicas da família. Após essa resposta, as participantes foram questionadas sobre a existência de situações nas quais não houvesse alimento para sua família:

Já! Já passou sim. Vez que não tinha nada mesmo. Acabava tudo. Não tinha café, leite, bolacha, não tinha farinha, não tinha nada. Passamos. É. (Noêmia - Família 1)

Até aqui, necessidade, mesmo, sem comida, não, assim. Já aconteceu assim, da gente ter pouquinho. Mas a gente sempre tinha. Faltar uma coisa, outra, a gente ia levando. (...) Só assim de ter pouquinho, né, mas a gente ia assim mesmo. Comia um pouquinho, aí pronto. (Inês - Família 2)

De acordo com as falas das participantes, na Família 1 já ocorreram situações nas quais não havia alimentação para a família e na Família 2 não houve situações em que não houvesse alimento, porém este já se tornou bastante escasso diante das necessidades do grupo.

Posteriormente, as participantes foram questionadas acerca de quais atitudes tomavam diante dessas dificuldades de satisfazer suas necessidades, ao que responderam:

Ah, às vezes eu pegava fiado, e às vezes o irmão dele dava alguma coisinha assim pras meninas comerem. (Noêmia - Família 1)

A gente sempre pedia ajuda de Deus, né, que desse pra gente todo dia, né. Que desse condições pra gente comprar. (...) Aí, já vinha, ficava esperando os dias pra receber, né? Aí já iam tiravam um fiado... (Inês - Família 2)

Observa-se que as respostas estavam centradas no auxílio de pessoas da família, o que é recorrente no caso de comunidades mais tradicionais, como as comunidades ribeirinhas (Silva, Pontes, Lima & Maluschke, 2010), na obtenção de crédito em estabelecimentos comerciais e no apelo à religiosidade.

Considerando a vulnerabilidade econômica destas famílias, observa-se que os fatores mencionados pelas participantes são fatores de proteção. De acordo com Poletto e Koller (2008), os fatores de proteção “têm a função de interagir com os eventos de vida e acionar processos que possibilitem incrementar a adaptação e a saúde emocional” (p.408), sendo que a rede de suporte social e a religiosidade são elementos muito importantes para o enfrentamento de situações de vulnerabilidade.

Quando questionadas acerca de quanto tempo durava essa escassez ou dificuldade, as participantes afirmaram o seguinte:

Um dia. Porque no outro dia ele já trabalhava, já dava o jeito dele e já comprava as coisas pra dentro de casa. (Noêmia - Família 1)

Às vezes, era um dia, dois dias, porque era mais assim na época do inverno. Quando terminava o açaí, aí vinha o palmito, né, que eles tiravam. Aí, às vezes iam pra fábrica vender e não recebiam. (...) Era essa época que era mais... de necessidade assim, não muito, mas era. Agora, não. Agora já melhorou bastante. (Inês - Família 2)

O período de maior escassez de recursos não durava muito tempo, sendo de, no máximo, dois dias. Ainda na resposta a essa pergunta, a participante da Família 2 reafirmou a melhora da situação financeira na atualidade.

No que diz respeito à suficiência da renda atual para o suprimento das necessidades da família, as respostas das participantes foram as seguintes:

Olha, já dá mais pra manter a casa já. (...) Mas já dá sim. Não dá, não dá o suficiente, mas já quebra um bom galho já. (Noêmia - Família 1)

Perto de outros, né, até que é... (...) Mas pelo menos perto de outros tempos atrás, até que tá, tá bom. Tá um pouco bom, é. (Inês - Família 2)

As respostas das participantes direcionam para uma maior suficiência do dinheiro obtido, apesar da persistência de dificuldades financeiras. Quando questionadas especificamente acerca das mudanças ocorridas após a entrada no Programa Bolsa Família, as respostas foram as seguintes:

Tem dia assim que acaba o dinheiro e falta assim alguma coisa. Aí eu não tenho nenhum centavo às vezes pra comprar. Mas, é difícil assim. É raro assim, faltar, sabe? (...) É mais raro do que antes. (Noêmia - Família 1)

Não, graças a Deus, não acontece. (...) Bem mais tranquilo hoje em dia. (Inês - Família 2)

De acordo com as falas das participantes houve melhoria da situação econômica após a entrada no Programa Bolsa Família. Apesar de ainda existirem situações nas quais não há renda para comprar alimentos, tais situações são mais raras. Na família 2, a participante afirmou que não acontecem mais as situações de haver apenas pouca comida, sendo que atualmente a condição de sobrevivência está mais tranquila.

Um elemento que foi ressaltado nas respostas das participantes é que o dinheiro obtido é suficiente quando se considera as necessidades básicas de sobrevivência, sem considerar a compra de bens como eletrodomésticos ou móveis para a casa:

Assim, quando não compra negócio de eletrodoméstico, essas coisas, é mais pra despesa da casa mesmo, que eu não gosto de estar faltando as coisas pros meninos. (Noêmia - Família 1)

É, sempre falta mais porque sempre tem mais coisa, né, pra gente (...) Não muito, que se for coisar por outras despesas. (Inês - Família 2)

Um fator que merece destaque é a resposta da participante da Família 3, que foi em direção contrária às respostas das outras participantes, afirmando que o dinheiro do trabalho do marido sempre foi suficiente para suprir as necessidades da família.

Considerações preliminares sobre a percepção das mães

Compreender a percepção das mães beneficiárias ribeirinhas sobre o Programa Bolsa Família é o principal objetivo deste trabalho. Para a Psicologia Econômica, a percepção dos indivíduos difere de acordo com pontos de referência pessoais e a compreensão da forma como as situações é vista é o primeiro passo para a compreensão de como os indivíduos tomam suas decisões econômicas (Kahneman, 2012).

De maneira geral, as participantes consideraram o Programa Bolsa Família como um agregado positivo ao seu orçamento familiar. As beneficiárias expressaram esta percepção atribuindo adjetivos positivos ao programa e justificando suas qualidades pela melhoria nas condições de vida, diminuição da frequência de escassez de alimentos e obtenção de bens, como móveis, eletrodomésticos e artigos de uso pessoal. Para Kahneman (2012), as mudanças econômicas percebidas pelas pessoas estão sujeitas a um princípio de sensibilidade decrescente. Dada a extrema vulnerabilidade destas famílias, a inserção no benefício trouxe ganhos muito consideráveis para as participantes, do que decorre a visão tão positiva que tem do PBF.

Com relação à aquisição de bens, geralmente foram comprados móveis e eletrodomésticos que beneficiavam a família como um todo ou apenas a criança beneficiária. No tocante à alimentação, foi relatada uma melhora quantitativa e qualitativa, pois além da maior quantidade de alimentos adquiridos, alguns itens que não eram comprados antes passaram a ser adquiridos. Para as participantes das Famílias 1 e 2 a participação no programa foi fundamental para a minimização de situações nas quais não havia alimentos para suprir as necessidades da família. De acordo com o relato das mães, essas situações deixaram de ocorrer ou são consideravelmente mais raras após a inserção no PBF.

De acordo com Rosinke et al. (2011), mais de 68% do benefício do PBF é gasto com alimentação. Considerando essas mudanças na alimentação Piperatta et al (2011) observaram que as mudanças estruturais no modo de viver de ribeirinhos amazônicos ocasionaram mudanças

nutricionais aos moradores da comunidade, como aumento significativo no peso e no índice de massa corporal de mulheres adultas, ambos negativamente relacionados com a renda familiar.

Silva (2011) relata que o estado nutricional de crianças beneficiárias do PBF tende a ser alterado, sendo que o sobrepeso e a obesidade são problemas iminentes em regiões subdesenvolvidas e em populações pobres. Para Lima, Rabito e Dias (2011), tais problemas de sobrepeso não atingem apenas as crianças, mas afetam a população em geral, visto que 27% dos adultos beneficiários participantes do estudo destes autores apresentava esta situação. Para Silva (2011), as possíveis causas deste aumento de peso das pessoas de menor renda estão relacionadas a dois fatores: primeiramente, o fato de os alimentos de maior valor nutricional serem mais caros e de acesso mais difícil para as pessoas que possuem menor renda e; segundo, o fato de o governo disponibilizar alimentos de maior densidade calórica e menor valor nutricional.

Entretanto, há que se considerar que o entendimento do que se constitui uma alimentação normal para os beneficiários passa pela similaridade com relação ao consumo dos pares, a despeito do conhecimento científico acerca do que seja mais adequado (Uchimura et al., 2012). Além do mais, um fator que certamente influencia nas escolhas é o desejo provocado por propagandas televisivas dos alimentos que serão consumidos e solicitados principalmente pelas crianças.

Outro elemento que foi associado à percepção sobre o PBF foi a referência ao CRAS como espaço de capacitação e de qualificação, feita pela participante da Família 1. De acordo com Kerstenetzky (2009), a efetividade de políticas que visam a transformação da realidade social das pessoas pobres está atrelada a formas eficazes de estas pessoas saírem da pobreza. A participação nos cursos de capacitação seria uma das medidas importantes para que as famílias beneficiárias sejam qualificadas, alcançando autonomia e não necessitando mais de benefícios financeiros públicos para o seu sustento.

A condição da mulher também foi um fator relevante relacionado à inserção no Programa Bolsa Família. A primeira referência a esta condição diz respeito à concepção de que o dinheiro recebido é de propriedade das esposas e de seus filhos beneficiários, o que vai ao encontro do trabalho de Pires (2012). Existe uma nítida divisão entre o dinheiro obtido pelo marido e o dinheiro da esposa, que é eminentemente o dinheiro do benefício. Esta concepção traz como consequência o fato de a mulher poder controlar uma parte do orçamento familiar para suprir as necessidades com maior autonomia. Além do mais, o fato de todas as beneficiárias considerarem que não possuíam renda antes da participação no PBF denota que não consideram o dinheiro do trabalho do marido como uma renda que lhes pertença.

A renda proveniente da extração do açaí foi percebida de maneiras distintas antes e após a inserção no programa. As participantes relataram que antes da participação no PBF havia uma extrema dependência da renda do marido para a subsistência da família. Considerando que as mesmas não percebiam este dinheiro como lhes pertencendo, possivelmente havia uma condição na qual o marido controlava sozinho o destino do dinheiro.

Possivelmente relacionado ao fato de ser visto como um dinheiro pertencente à esposa, todas consideram que o benefício é uma ajuda à família. Esta percepção também foi encontrada no trabalho de Pires (2012), no qual mulheres beneficiárias concebem o benefício do programa como uma ajuda para a sua renda. Para o autor, contudo, esta percepção está relacionada ao fato de todas morarem na cidade de Campinas, que possui uma infraestrutura de serviços e maior disponibilidade de empregos.

Porém, para as participantes deste estudo com famílias ribeirinhas, o benefício também é considerado uma ajuda, apesar das mesmas residirem em um ambiente considerado rural e que não dispõe de uma ampla rede de serviços presentes nos centros urbanos. Pode-se inferir, então, que a percepção do benefício como uma ajuda esteja relacionada à visão de que o dinheiro adquirido pelo marido é a principal fonte de renda da família.

Outra característica relacionada ao dinheiro do PBF é a maior estabilidade que lhe caracteriza, pois se trata de uma renda previsível e, portanto, passível de planejamento. Consequentemente, decorre maior sensação de segurança, como expresso pela participante da Família 2, ao afirmar que faz gastos por saber que a renda proveniente do benefício é segura. Nota-se, então, que o dinheiro do benefício é visto de maneira oposta ao dinheiro da extração do açaí, que está sujeito a disposições temporais, como os períodos de safra e entressafra e a disponibilidade diária do produto. Diante destas características, torna-se mais difícil realizar planejamentos sobre o dinheiro do açaí, sendo que o mesmo não ocorre com o dinheiro do benefício.

Relacionada a esta questão da estabilidade ocasionada pela inserção no programa, houve uma mudança na frequência dos gastos executados pela família. Antes de serem inseridos no PBF, havia uma necessidade premente de compras diárias, pois a disponibilidade do dinheiro existia apenas quando o produto era vendido pelo marido. Neste sentido, havia muito maior insegurança alimentar, pois quando não havia o produto, a família não possuía recursos financeiros que suprissem suas necessidades, como apontado pelas Famílias 1 e 2. Após a participação no benefício, houve maior possibilidade de planejamento e, conseqüentemente, de controle dos gastos, pois os mesmos passaram a ser feitos semanal ou mensalmente, o que provavelmente ocasionou maior sensação de segurança alimentar.

Por fim, as participantes ainda relataram suas percepções acerca das condicionalidades das áreas de educação e de saúde. Com relação à educação, as participantes afirmaram realizar a compra de materiais escolares, além de outras despesas relacionadas à escola. Estas afirmações podem estar sendo influenciadas pela percepção de que o benefício é propriedade das crianças, e portanto, deve ser gasto com produtos que lhes beneficiem diretamente. Todavia, o dinheiro atribuído às famílias é disponibilizado para que haja uma melhoria na qualidade de vida. Uma

vez que a maioria das famílias alvo está em situação de miséria, a compra de alimentos, que beneficia não só as crianças, mas o grupo familiar como um todo, tornam-se prioridade.

Além do mais, a presença das crianças na escola e o cenário de escolarização formal foram tidos como fundamentais para as mães. De acordo com Jardim (2010), a educação constitui uma das fontes de interrupção do ciclo de pobreza no qual se encontram as famílias mais carentes de recursos monetários. Observa-se que, corroborando esta observação, que todas as mães entrevistadas afirmaram ter perspectivas educacionais nas quais seus filhos deem continuidade aos seus estudos.

Para Magalhães et al. (2011), a escolaridade é um dos principais indicadores para medir a desigualdade social, uma vez que possui forte relação com as condições de vida das pessoas e constitui um elemento estratégico de mudança da realidade social de um país. O tripé “educação-trabalho-dinheiro” fundamenta a percepção de beneficiárias sobre como alcançar uma vida digna. A percepção das mães ribeirinhas acerca da educação formal vai ao encontro deste pensamento, pois todas consideram que a educação é o elemento que pode diferenciar o futuro de seus filhos.

No que diz respeito à área da saúde, foi observado que a maioria das mães não frequenta os postos de saúde com assiduidade para realizarem o acompanhamento da condição de seus filhos menores de sete anos. Porém, possivelmente não conhecem esta condicionalidade e as estruturas públicas que deveriam realizar o trabalho de monitoramento tampouco o fazem. A agente comunitária de saúde, por exemplo, que teria a função de realizar um elo entre a comunidade e os serviços de saúde (Silva & Dalmaso, 2002), não realiza suas funções por falta de um barco que possibilite sua locomoção entre as casas.

De acordo com Kerstenetzky (2009), a existência das condicionalidades do Programa Bolsa Família não garante que os beneficiários de fato saiam de sua condição de pobreza, pois para isso, os serviços de educação e de saúde precisariam ser melhor estruturados e apresentarem

mais qualidade. Dado que essas condições não são cumpridas, o aumento da frequência escolar e o acompanhamento nos postos de saúde não garante que estas pessoas alcancem autonomia e dignidade como cidadãos, e conseqüentemente, não há o rompimento com o ciclo da pobreza.

Considerações Finais

O objetivo deste estudo foi investigar as características econômicas de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) moradoras de uma comunidade ribeirinha amazônica e a percepção das mães destas famílias sobre o programa.

A perspectiva pessoal dos beneficiários de políticas públicas é um dos fatores que deve ser considerado na avaliação das estratégias utilizadas pelo poder público para beneficiar os cidadãos. A Psicologia Econômica, com o pressuposto de que é necessário conhecer a forma como as pessoas entendem as situações econômicas que vivenciam, contribuiu para a integração teórica das informações tratadas neste estudo. A partir da análise da percepção das participantes foi possível conhecer a maneira como estas entendem o benefício do Programa Bolsa Família que recebem e a sua importância para o bem-estar da família, bem como a forma como o benefício é utilizado.

As famílias ribeirinhas investigadas consideram que o dinheiro proveniente do programa é muito importante para a sua sobrevivência. De maneira geral, esta renda é a única alternativa ao dinheiro proveniente do trabalho do marido e é mais estável, pois há uma data exata na qual as mesmas o receberão. Deste modo, o benefício propiciou maior controle e planejamento dos gastos domésticos das beneficiárias. Além disso, o dinheiro é percebido como propriedade das crianças e de suas mães, de modo que os gastos são feitos pelas e mulheres, o que lhes proporcionou maior autonomia e poder de decisão frente às escolhas econômicas da família.

Apesar da importância do benefício, as mães participantes consideram o benefício como uma *ajuda* ao seu orçamento, demonstrando que a principal renda da família é a obtida através do trabalho do marido. Consequência desta percepção é o fato de o benefício ser gasto fundamentalmente com o bem-estar das crianças e de suas mães, com a aquisição de roupas, material escolar e artigos de uso pessoal. Contudo, devido à condição de pobreza ou de extrema pobreza na qual se encontravam as famílias, houve a utilização do dinheiro do PBF para a

aquisição de alimentos e bens como móveis e eletrodomésticos, que beneficiam o grupo familiar como um todo.

No tocante a aspectos metodológicos, a coleta de dados realizada em um ambiente ribeirinho propiciou peculiaridades à condução deste estudo. Em primeiro lugar, apesar da proximidade com o centro de Belém, as despesas com a locomoção até a casa das participantes foram grandes, o que impediu a realização de mais entrevistas. Outro elemento foi a dificuldade de comunicação com as participantes, pois em alguns momentos, foram combinadas visitas da pesquisadora às suas casas e as mesmas não estavam presentes. Por fim, a reserva das participantes em exporem características financeiras de suas famílias também pode ser identificada em alguns momentos, principalmente no tocante ao benefício, visto que não conheciam o real poder de influência da pesquisadora e conseqüentemente poderiam temer a perda do dinheiro.

As informações sobre a forma como as pessoas percebem o benefício público que recebem são importantes para o planejamento e avaliação das políticas públicas, pois possibilitam a análise da eficiência e da eficácia das ações. As mães beneficiárias participantes deste estudo concebem o PBF como um bem positivo agregado à sua renda, além de buscarem cumprir todas as condicionalidades que lhes são requeridas. Porém, cabe ao Estado disponibilizar serviços que alcancem os usuários, proporcionando-lhes maior autonomia e senso crítico da realidade, além de condições para as quais se desenvolvam de maneira adequada. A má qualidade dos serviços públicos de educação e de saúde impede que o objetivo de rompimento com o ciclo da pobreza seja efetivado, pois, sem qualificação e estrutura adequada, os participantes não conseguirão uma boa colocação no mercado de trabalho e serão mantidos na condição em que se encontram.

Além do mais, esta dissertação visou contribuir também no avanço do conhecimento teórico em Psicologia Econômica, à medida que expõe dados acerca das decisões econômicas

domésticas e de como as tomadoras de decisão percebem rendas distintas de forma diferenciada. A principal contribuição teórica está relacionada ao fato de o benefício ser visto como uma renda que possui características diferentes das outras rendas. Sendo considerado um auxílio deve ser gasto de maneira justa, atendendo as necessidades dos principais beneficiários: as crianças. Sendo considerado uma renda fixa, é possível realizar despesas a prazo e planos que não são possíveis com o dinheiro que está sujeito à sazonalidade.

Por fim, a condução de pesquisas em ambientes distintos do urbano constitui-se como um desafio. Entretanto, estudos deste tipo são fundamentais por possibilitarem a ampliação do conhecimento acerca das interinfluências existentes entre os indivíduos e seus contextos, a partir de análises ecológicas. Em consequência, a ampliação dos conhecimentos sobre as políticas públicas pode auxiliar a efetividade das políticas e o bem-estar de seus beneficiários.

Referências

- Afonso, T., Araújo, M. E. C., Reis, D. C., Silva, S. S. C., & Pontes, F. A. R. (2012). *Programa Bolsa Família: uma análise dos aspectos sociodemográficos e das rotinas de crianças nos contextos urbano e ribeirinho amazônico*. (Relatório enviado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome). Belém: UFPA.
- Albagli, S. (2001). Amazônia: fronteira geopolítica da biodiversidade. *Parcerias Estratégicas*, 12, 5-19. Recuperado de http://www.cgee.org.br/arquivos/pe_12.pdf
- Albuquerque, F. J. B. (2002). Psicologia Social e formas de vida rural no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(1), 37-42. doi: 10.1590/S0102-37722002000100005
- Anuário Estatístico do Município de Belém (2011). v. 16. Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão. Obtido em 20 dezembro, 2012 de http://www.belem.pa.gov.br/app/ANUARIO_2011/ANUARIO%202011%20COMPLETO.pdf
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trad.). Lisboa, Portugal: Edições 70.
- Bronfenbrenner, U. (1994). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. (M. A. V. Veronese, Trad.). Porto Alegre: Artmed. (Original publicado em 1979).
- Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. (A. Carvalho-Barreto, Trad.). Porto Alegre: Artmed. (Original publicado em 2005).
- Castro, H. C. O., Walter, M. I. M. T., Santana, C. M. B., & Stephanou, M. C. (2009). Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. *Opinião Pública*, 15(2), 333-355. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762009000200003>
- Cruz, V. C. (2008). O rio como espaço de referência identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. In S. C. S. Trindade Júnior, & M. G. C. Tavares (Eds.), *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências* (pp. 49-67). Belém: EDUFPA.
- Dergan, J. M. B. (2006). *História, memória e natureza: as comunidades da ilha do Combú-Belém-PA*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará). Recuperado de http://www3.ufpa.br/pphist/images/dissertacoes/2006_Joao_Marcelo.pdf
- Ferreira, V. R. M. (2008). *Psicologia Econômica: como o comportamento econômico influencia nas nossas decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Ferro, A. R., & Kassouf, A. L. (2005). Avaliação do impacto dos programas Bolsa-Escola sobre o trabalho infantil no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 35(3), 417-444. Recuperado de: <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/51/29>
- Ferro, A. R., & Nicollela, A. (2007). The impact of conditional cash transfer programs on household work decisions in Brazil. Recuperado de http://www.iza.org/conference_files/worldb2007/ferro_a3468.pdf

- Freitas, P. S. (2007). *Mercado de cartões de crédito no Brasil: problemas de regulação e oportunidades de aperfeiçoamento da legislação*. (Texto para discussão, 37). Obtido em: <http://www.conamp.org.br/Estudos/Mercado%20de%20cart%C3%B5es%20de%20cr%C3%A9dito%20no%20brasil%20-%20problemas%20de%20regula%C3%A7%C3%A3o%20e%20oportunidades%20de%20aperfei%C3%A7oamento%20da%20legisla%C3%A7%C3%A3o.pdf>
- Gibbs, G. (2009). *Análise de dados qualitativos*. (R. C. Costa, Trad.). Porto Alegre: Artmed.
- Guimarães, I. A., & Neto, A. C. (2002). Reconhecimento de padrões: metodologias estatísticas em crédito ao consumidor. *RAE-Eletrônica*, 1(2), 1-14. Obtido em: <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a06.pdf>
- Haddad, M. (2008). Bolsa Família and the needy: Is allocation contributing to equity in Brazil? *Journal of International Development*, 20(5), 654-669. doi: 10.1002/jid.1445.
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). (2013, 10 janeiro). Crédito Instalação (website). Obtido em: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/credito-instalacao>
- Jardim, G. A. S. (2010). Reflexões antropológicas a partir de uma política pública para crianças. *CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, 15. 37-45. Obtido em: <http://www.cchla.ufpb.br/caos/n15/2%20artigo%20george.pdf>
- Kahneman, D. (2012). *Rápido e devagar: duas formas de pensar*. (C. A. Leite, Trad.). Rio de Janeiro: Objetiva.
- Kerstenetzky, C. L. (2009). Redistribuição e desenvolvimento? A economia política do Programa Bolsa Família. *Dados*, 52(1), 53-83. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582009000100002>
- Kirchler, E. (1999). Household decision making. In P. Earl, & S. Kemp (Eds.). *The Elgar Companion to Consumer Research and Economic Psychology*. (pp. 296-304). Aldershot: Edward Elgar.
- Kooreman, P. (2000). The Labeling Effect of a Child Benefit System. *The American Economic Review*, 90 (3), 571-583. Recuperado de: <http://www.jstor.org.ez3.periodicos.capes.gov.br/stable/117343>
- Lima, D. & Pozzobon, J. (2005). Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social. *Estudos Avançados*, 19(54), 45-76. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n54/03.pdf>
- Lima, F. E. L., Rabito, E. I., & Dias, M. R. M. G. (2011). Estado nutricional de população adulta beneficiária do Programa Bolsa Família no município de Curitiba, PR. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 14(2), 198-206. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-790X2011000200002>
- Lunt, P. (1996). Discourses of savings. *Journal of Economic Psychology*, 17(6), 677-690. doi: [http://dx.doi.org/10.1016/S0167-4870\(96\)00035-9](http://dx.doi.org/10.1016/S0167-4870(96)00035-9)
- Magalhães, K. A., Cotta, R. M. M., Gomes, K. O., Franceschini, S. C. C., Batista, R. S., & Soares, J. B. (2011). Entre o conformismo e o sonho: percepções de mulheres em situação

- de vulnerabilidade social à luz das concepções de Amartya Sen. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 21(4), 1493-1514. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312011000400017>
- Mendes, C. M., Tredezini, C. A. O., Borges, F. T. M., & Fagundes, M. B. B. (2007). *Economia (introdução)*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração – UFSC.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). (2012, dezembro 20). Bolsa Família (website). Recuperado de <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>
- Monteiro, D. A. A., Ferreira, M. A. M., & Teixeira, K. M. D. (2009). Determinantes da gestão do Programa Bolsa Família: análise do Índice de Gestão Descentralizada em Minas Gerais. *Saúde e Sociedade*, 18(2), 214-226. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902009000200005>
- Moreira, N. C., Ferreira, M. A. M., Lima, A. T. F. C., & Ckagnazaroff, I. B. (2012). Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social. *Revista de Administração Pública*, 46(2), 403-423. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122012000200004>
- Moura, E. A. F., Nascimento, A. C. & Côrrea, D. S. S. (2007). “Cesta Básica” (rancho) das populações ribeirinhas da Amazônia. *Cadernos de Saúde Coletiva*, 15 (4), 517-530. Recuperado de: http://www.iesc.ufrj.br/cadernos/images/csc/2007_4/artigos/CSC_IESC_2007_4_6.pdf
- Paixão, C. A. (2012, 01 dezembro). Economia familiar. [Artigo publicado na internet]. Obtido de: http://www.moc.org.br/artigos/23-05-2007_16_08_37.pdf
- Piperata, B. A., Spence, J. E., Da-Gloria, P., & Hubbe, M. (2011). The nutrition transition in Amazonia: rapid economic change and its impacto on growth and development in ribeirinhos. *American Journal of Physical Anthropology*, 146(1), 1-13. doi: 10.1002/ajpa.21459
- Pires, A. (2008). Bolsa Família e políticas públicas universalizantes: o caso de um município paulista. *Cadernos de Pesquisa*, 38(134), 341-366. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742008000200005>
- Pires, A. (2012). Orçamento familiar e gênero: percepções do Programa Bolsa Família. *Cadernos de Pesquisa*, 42(145), 130-161. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742012000100009>
- Poletto, M., & Koller, S. H. (2008). Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 25 (3), 405-416. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2008000300009>
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2010). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2010: A verdadeira riqueza das nações: vias para o desenvolvimento humano*. Recuperado de: http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Complete_reprint.pdf
- Reis, D. C., Araújo, M. E. C., Santos, S. S. L., Silva, S. S. C., & Pontes, F. A. R. (2012). Araraiana e Combú: um estudo comparativo de dois contextos ribeirinhos amazônicos. *Temas em Psicologia*, 20(2), 429-438. doi: 10.9788/TP2012.2-11

- Rodrigues, E. T. (2006). *Organização comunitária e desenvolvimento territorial: o contexto ribeirinho em uma ilha da Amazônia*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará). Recuperado de http://www.ufpa.br/naea/gerencia/ler_tcc.php?id=40-
- Rosinke, J. G., Heck, C. R., Dalfovo, W. C. T., & Ruschinsky, A. (2011). Efeitos sociais e econômicos para o desenvolvimento local através das contribuições do Programa Bolsa Família no município de Sinop-MT no período de 2004 a 2009. *Interações (Campo Grande)*, 12(1), 77-88. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1518-70122011000100008>
- Santos, T. M., Silva, S. S. C., & Pontes, F. A. R. (2011). A participação dos avós no cuidado dos netos em uma comunidade ribeirinha amazônica. *Psicologia: Teoria e Prática*, 13(1), 182-197. Obtido em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/3029/2882>
- Silva, D. A. (2011). Sobrepeso e obesidade em crianças de cinco a dez anos de idade beneficiárias do Programa Bolsa Família no estado do Sergipe, Brasil. *Revista Paulista de Pediatria*, 29(4), 529-535. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-05822011000400010>
- Silva, J. A., & Dalmaso, A. S. W. (2002). O agente comunitário de saúde e suas atribuições: os desafios para os processos de formação de recursos humanos em saúde. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 6(10), 75-83. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832002000100007>
- Silva, S. S. C., Pontes, F. A. R., Lima, L. C. & Maluschke, J. B. (2010). Rede social e papéis de gênero de casais ribeirinhos de uma comunidade amazônica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26 (4), 605-612. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722010000400004>
- Silva, S. S. C., Pontes, F. A. R., Santos, T. M., Maluschke, J. B., Mendes, L. S. A., Reis, D. C. & Silva, S. D. B. (2010). Rotinas familiares de ribeirinhos amazônicos: uma possibilidade de investigação. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26 (2), 341-350. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722010000200016>
- Soares, F. V., Ribas, R. P., & Osório, R. G. (2010). Evaluating the impact of Brazil's Bolsa Família. *Latin American Research Review*, 45(2), 173-190. doi: 10.1353/lar.2010.0017
- Uchimura, K. Y., Bosi, M. L. M., Lima F. E. L., & Dobrykopf, V. F. (2012). Qualidade da alimentação: percepções de participantes do Programa Bolsa Família. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3), 687-694. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232012000300015>
- Warneryd, K. E. (1989). On the psychology of saving: an essay on economic behavior. *Journal of Economic Psychology*, 10(4), 515-541. doi: [http://dx.doi.org/10.1016/0167-4870\(89\)90041-X](http://dx.doi.org/10.1016/0167-4870(89)90041-X)
- van Raaij, W. F. (1999). Economic Psychology between Psychology and Economics: An introduction. *Applied Psychology*, 48(3), 263-272. doi: 10.1111/j.1464-0597.1999.tb00001.x
- Yin, R. K. (2010). *Estudo de caso: planejamentos e métodos*. 4ª ed. Porto Alegre: Bookman.

Apêndices

Apndice A – Inventário Sociodemográfico

*CN = Certidão de Nascimento / CI = Carteira de Identidade / CPF = Cadastro de Pessoa Física / CTPS = Carteira de Trabalho e Previdência Social / TE = Título de Eleitor / CR = Carteira de Reservista

1. Há quanto tempo você mora na comunidade? _____
2. Você tem mais algum parente que more na comunidade? Quem?

3. Quantas famílias moram na residência? _____
4. Cidade de origem: _____
5. Em que ano se casou na atual união: _____
6. Número de uniões: _____

7. Como você imagina que será a vida dos seus filhos daqui a dez anos?

8. Por que você quer que seus filhos freqüentem a escola?

III - CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO

1. MORADIA: Própria () Alugada () Cedida () OUTRA _____

2. TIPO DE CONSTRUÇÃO: Alvenaria () Madeira () Taipa/Barro () Mista () Material reaproveitado ()

Outros _____

4. Nº DE CÔMODOS: _____ 5. Quais: _____

6. EQUIPAMENTOS E MÓVEIS:

Geladeira () Fogão () Televisão () Rádio () Cama () Outros _____

7. ENERGIA ELÉTRICA: Relógio de controle próprio () Gerador particular () Improvisada (gato) () Sem energia ()

Relógio Comunitário () Lamparina ()

8. ABASTECIMENTO DE ÁGUA: Rede Pública (encanada) () Poço () Torneira Coletiva () Barco de distribuição ()

9. Recebe algum tipo de tratamento? S() N() 10. Qual _____

11. DESTINO DO LIXO DOMICILIAR: Coleta () Via Pública/ Corrente de água Natural () Queimado () Enterrado ()

Outro _____

12. DESTINO DO ESGOTO DOMICILIAR: Rede Pública () Céu aberto () Fossa () Outro _____

13. Quais são as doenças mais freqüentes na família? _____

14. Quais são os remédios utilizados? _____

IV - CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS

1. Renda Familiar Mensal: _____

2. Quais os membros que contribuem para o orçamento familiar: _____

3. Quem controla o dinheiro da família: _____

4. Beneficiária de algum programa de transferência de renda? S() N()

5. Qual(s)? _____ 6. Há quanto tempo? _____

7. Quem é o titular do cartão? _____

8. Quem vai ao banco receber o benefício? _____

9. Qual o valor do benefício? _____ 9. Referente a quantas crianças? _____

10. Como você gastou o benefício no mês passado? _____

11. Como você conseguiu o cadastro? _____

12. Quanto tempo demorou para você receber o benefício? (tempo entre o cadastro e o recebimento)

13. Atualmente você recebe (recebeu) a visita de técnicos ou profissionais de saúde/educação? _____

Observações:

Apêndice B – Tópicos da Entrevista Semiestruturada

Nome da Entrevistada: _____

Entrevistador (a) (s): _____ Data: ___/___/_____.

- Renda mensal da família antes do PBF.
- Fonte de obtenção de recurso para comer, se vestir e viajar para Belém antes do PBF.
- Despesas realizadas com a renda que recebiam antes do PBF.
- Para quem?
- Frequência que compravam ou gastavam a renda antes do PBF.
- Como usavam o que compravam antes do PBF.
- O dinheiro era suficiente para suprir as necessidades do mês inteiro?
- Se não era, o que faziam quando o dinheiro acabava.
- Renda mensal atual, contando com o PBF.
- Fonte de obtenção de recurso para comer, se vestir e viajar para Belém depois do PBF.
- Despesas realizadas com a renda que recebiam antes do PBF.
- Para quem? (*Verificar se existe alguma divisão de renda relacionada ao dinheiro obtido pelo PBF e o dinheiro proveniente de outras fontes*)
- Frequência com que compram ou gastam a renda atualmente.
- Como usam o que compram atualmente.
- O dinheiro é suficiente atualmente para o mês inteiro?
- Se não é, o que fazem quando o dinheiro acaba.
- Quais os bens que conseguem obter hoje e que antes do BF não era possível comprar.
- Quais as perspectivas de futuro. (*Para a família, para os filhos, verificar aspectos que se relacionem com o cumprimento da condicionalidade de educação*).
- O que o programa representa de maneira geral.